

A Classe Operária



R\$ 1,00

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

25 DE JULHO

Milhares vão às ruas contra FHC



A luta em defesa da reforma agrária, do emprego, de salários, pela Previdência pública e pela justiça levou milhares de pessoas às ruas das principais capitais brasileiras no último dia 25 de julho. O ato nacional aconteceu em São Paulo, reunindo trabalhadores sem-terra, sem-teto, estudantes, metalúrgicos, quí-

micos e diversas categorias. Em algumas capitais, as manifestações foram engrossadas por categorias que estão em greve por reajuste salarial, como policiais militares. O sucesso do protesto provoca expectativas positivas para o segundo semestre, que promete ser ainda mais rico em mobilizações. **Página 3**

Crise e explosão popular em Alagoas

O governo federal busca isentar-se de responsabilidade diante das crises na situação da segurança pública em todo o país. O problema seria dos

Estados. No entanto, o que vem ocorrendo em Alagoas e outros Estados está intimamente ligado à grave situação nacional. **Página 4**

CSC lança candidato a presidente da CUT

A Corrente Sindical Classista enfatiza a crítica à atual diretoria, apresenta suas propostas para a Central Única dos Trabalhadores e apresenta a candidatura do metroviário Wagner Gomes. **Página 5**

Iniciativa e criatividade nas finanças partidárias

A promoção *Raspe pela democracia e pelo socialismo* ganha impulso e é destaque nos meios de comunicação. Em S. Paulo foram vendidas mais de 60 mil cartelas. Campanha entra na reta final. **Página 2**

ERGA BEM ALTO ESTA BANDEIRA

Procure o Comitê do Partido mais próximo de você. Informe-se sobre como poderá contribuir e fortalecer o Partido Comunista do Brasil e as lutas do povo brasileiro por melhores condições de vida e de trabalho, por uma pátria livre e soberana, pelo Socialismo Renovado.

9º CONGRESSO PCdoB

CONTRIBUA PARA A REALIZAÇÃO DO 9º CONGRESSO DO PCdoB

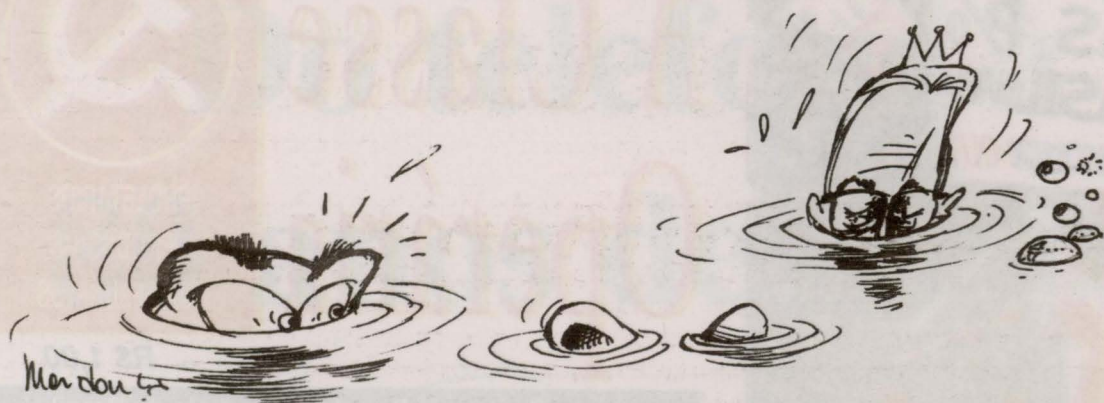
PARTICIPE DA PROMOÇÃO DO 9º CONGRESSO. Prêmios de R\$ 1,00 a R\$ 5 mil! Entre em contato com o PCdoB-GO, rua 232, nº 50, Setor Leste Universitário, Goiânia, Goiás, CEP 74605-140 fone (062) 212 4014, ou no Comitê do PCdoB mais próximo

RASPE PELA DEMOCRACIA PELO SOCIALISMO

Centro de Documentação e Memória Fundação Mauricio Grabois

Tribuna de Debates do 9º Congresso do PCdoB

As opiniões dos comunistas de todo o país sobre os documentos e a pauta do 9º Congresso do Partido, em encarte com 8 páginas.



FHC prefere a docilidade dos jacarés

O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou no dia 25 de julho, dia do movimento *Abra o Olho, Brasil*, em Corumbá: "Manifestação? Aqui não houve. Eu não vi nenhuma". Verdade. A polícia tratou de alterar o roteiro do presidente na capital do Mato Grosso do Sul, para evitar as manifestações, que ficaram fora do alcance de visão do presidente. Mas se não viu, parece que ouviu falar, porque disse sobre os manifestantes: "Esse pessoal que é teimoso, que é do contra, deveria guardar sua bÍlis e sua raiva dentro de casa". E mais, o sociólogo ensinou: "Perdoem a expressão, mas jacaré é quase humano. É até melhor que os humanos, pois é mais dócil".

Cego à realidade social que o cerca, o presidente da República ainda defendeu as atividades de seu governo, dizendo que o país "cresce por todos os lados". E, de fato, durante a semana o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão governamental, divulgou dados de crescimento. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas de capitais brasileiras cresceu para 6,09% em junho. Os números

do IBGE mostram o crescimento do desemprego em todo o primeiro semestre - partindo de 5,14% em janeiro-, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Outro crescimento, divulgado durante a semana, foi o de pessoas que trabalham sem carteira assinada. Desde 1994, a maior parte dos trabalhadores brasileiros não tem carteira assinada. E aqui uma contribuição específica de FHC e sua equipe: nos primeiros 20 meses do Plano Real, o número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu 8,1%. Esses trabalhadores ficam sem benefícios de alimentação, transporte e saúde, enquanto o empregador livra-se dos encargos sociais. Entre 1991 e 1996, o número de trabalhadores com carteira caiu de 8 milhões para 7,6 milhões, e o número dos que trabalham por conta própria ou sem carteira passou de 3,8 milhões para 8,5 milhões.

Mais um crescimento "por todo o lado": A inadimplência de pessoas físicas no comércio atingiu 8,4% em julho, no atraso acima de 180 dias. Trata-se

de crescimento contínuo desde 96 - em dezembro, era de 5,43%. Mas nem tudo cresce. No mês de junho, o comércio varejista da Grande São Paulo vendeu 10% a menos. Os supermercados, especificamente, também acusaram recuo de 10% no faturamento. A indústria de eletroeletrônicos acumula estoques de 1,5 milhão de televisores em Manaus e entra em férias coletivas, o mesmo acontecendo com o ramo de fogões, geladeiras e demais itens da "linha branca". Na opinião de Aloysio Biondi, "por trás desse quadro de retração que atinge o comércio e a indústria, é impossível não enxergar a perda de poder aquisitivo do consumidor, cujos efeitos vêm amadurecendo há meses". Foi em resposta a essa situação que ocorreram os protestos "não vistos" pelo presidente, no dia 25 de julho. Protestos de abrangência nacional, envolvendo trabalhadores das cidades e do campo, desempregados, estudantes, sem tetos, sem terras, enfim, os sem saída, a não ser a luta, diante do projeto neoliberal de FHC. Realmente, não são tão dóceis quanto os jacarés. Lutam por seus direitos.

Forma inovadora de fazer finanças

Ronald Freitas

A venda das cartelas *Raspe em Apoio ao 9º Congresso* é uma forma inovadora e de massas de fazer finanças. Em vários Estados estão sendo alcançados êxitos expressivos. Em São Paulo já foram vendidas mais de 60 mil cartelas, e o assunto já virou notícia inclusive nas emissoras de TV. Em uma reunião de massa, um só companheiro vendeu 800; em outra, uma companheira, 600. Durante o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, no Espírito Santo, foram vendidas mais de 1.200 cartelas!

A venda das cartelas é um instrumento de trabalho político valioso e estimula a militância a encarar como coisa sua, e não só de algumas direções, a tarefa de conseguir fundos para a realização do Congresso. Mais do que isso, está colocando na ordem do dia a discussão do "problema de finanças", em seus múltiplos aspectos. Essa discussão, é bom que se destaque, na maioria dos casos tem sido desencadeada pela base.

Outro aspecto a ressaltar é o seu caráter de finanças de massas. O preço de R\$ 0,50 facilita tanto a venda quanto a compra. Por outro lado, a venda massi-

va permite uma arrecadação de finanças substancial. Vários Estados, entretanto, ainda não estão participando dessa campanha. É necessário ousadia, usar novas formas de atuação, romper com a rotina -a ante-sala do burocratismo.

O 9º Congresso se aproxima. É o momento de intensificar a venda ou iniciar os esforços para vender muitas cartelas. Organizar mutirões de venda; comparecer a reuniões, assembleias e outros locais de reunião de massa para vender as cartelas *Raspe em Apoio ao 9º Congresso*.

Da Comissão Nacional de Finanças

São Paulo, clandestina e irregular

Na opinião da vereadora Ana Martins (PCdoB-SP), "a cidade de São Paulo vem deixando de ser a cidade do trabalho e do desenvolvimento. A realidade dessa 'nova' cidade, clandestina e irregular, é a falta de identidade e, por conseguinte, a fragmentação." Segunda Ana, o Plano Diretor apresentado pela Secretaria Municipal de Planejamento reforça a "idéia da fragmentação da cidade". Em artigo publicado na Folha de São Paulo, dia 30 de julho, a vereadora acusa o plano de "atender aos interesses dos exploradores imobiliários, como instrumento principal". E considera que o "pedestre é desrespeitado nesta cidade voltada exclusivamente para o automóvel. Não existe um projeto coletivo para a organização do espaço urbano. Em todos os grandes projetos e empreendimentos públicos prevalece a visão empresarial, 'negocial'".

Vereador ingressa no PCdoB

A Conferência Municipal do PCdoB em Bonito, Pernambuco, dia 20 de julho, comemorou a filiação do vereador Beval Souza. Professor, egresso do PV, Beval se declarou atraído pelo ambiente de debate esclarecedor e pelo empenho do PCdoB na defesa dos direitos do povo.

Fórum democrático em Pernambuco

Desde o dia 23 de julho, quando partidos políticos e entidades sindicais, estudantis e democráticas se reuniram na Assembleia Legislativa de Pernambuco, convocados pela deputada Luciana Santos (PCdoB), constituiu-se, em caráter permanente no Estado, o Fórum Nacional em Defesa da Terra, Trabalho e Cidadania. Coube ao Fórum a articulação dos protestos contra FHC no dia 25 em Recife.

Vitória classista no Sindsprev Paraíba

Foi uma vitória espetacular contra o peleguismo no Sindsprev paraibano. A Corrente Sindical Classista e outros forças se uniram numa chapa oposicionista. Com uma diferença de 304 votos, os previdenciários derrubaram o oportunismo e o peleguismo que reinavam no sindicato. Para Marconi, da CSC e novo secretário de Finanças do Sindsprev, "a categoria deu um basta à atual diretoria, que se locupletou no Sindicato para destruir seu patrimônio, isolando a entidade da luta contra o neoliberalismo e a destruição da saúde e previdência públicas." Ainda integram a nova diretoria, pela CSC, Cristina, Renô e Anselmo.



Congresso da UJS em Salvador

Congresso amplia ação da UJS baiana

A União da Juventude Socialista (UJS) da Bahia realizou, de 18 a 20 de julho, o seu VI Congresso Estadual, reunindo no campus da Universidade Católica de Salvador 420 delegados. Participaram do congresso, entre outros, o representante da Coordenação Nacional da UJS, Ricardo Abreu (Alemão), os deputados do PCdoB Haroldo Lima e Alice Portugal, do PDT João Henrique e do PT Nelson Pellegrino; e o vereador de Salvador, Javier Alfaya, um dos fundadores da entidade na Bahia.

O VI Congresso incorporou, além do público estudantil, a juventude trabalhadora, rural e de bairros. A nova Coordenação Estadual foi ampliada, passando a ser composta por 33 jovens. O Congresso também elegeu o estudante Egberto Magno como novo presidente na Bahia. A posse da nova diretoria está marcada para o dia 29 de agosto, em Salvador.

Alice é líder da oposição na Bahia

A deputada Alice Portugal, do PCdoB, assumiu este mês a liderança do bloco de oposição na Assembleia Legislativa, composto pelo PT, PMDB, PSDB, PDT, PSB, PCdoB e PV, totalizando 18 parlamentares. A liderança segue um sistema de rodízio semestral e é a primeira vez na atual legislatura que a parlamentar do PCdoB ocupa a função. Alice é também a primeira mulher a liderar um dos dois grandes blocos que compõem a Casa.

A batalha contra a imposição do patrimônio público baiano através da privatização de estatais importantes, como o Baneb - Banco do Estado da Bahia, a Coelba - Companhia de Eletricidade da Bahia e a Bahiá-farma - Empresa Baiana de Medicamentos é uma das principais tarefas que Alice Portugal, deputada estadual e integrante do bloco de oposição, tem desenvolvido na Assembleia Legislativa. A deputada também é membro da Fundação Maurício Grabois, movimento que luta pela unidade das oposições baianas com vistas às eleições de 1998, para banir o carlismo na Bahia e inverter os graves índices sociais que o Estado enfrenta.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL)

Editoração Eletrônica: Marco Black - **Administração:** Eriberto Muniz. Publicação quinzenal da Editora Jornalística A Classe Operária - rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP
CEP 01318-020 - Fone: (011) 604 4140 - Fax: (011) 606 0412

PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>, E-mail: agprincipios@ax.ibase.org.br



O dia nacional de protesto contra FHC e a política neoliberal levou milhares de pessoas às ruas das principais capitais brasileiras. CUT, UNE, MST, diversas categorias e partidos políticos lutam por reforma agrária, emprego, salário, Previdência pública e justiça

Protesto nacional contra o governo Fernando Henrique

Guilomar Prates

O dia 25 de julho foi marcado pelas maiores manifestações contra Fernando Henrique Cardoso, desde que ele assumiu a Presidência da República. Em São Paulo, o ato "Abra o Olho Brasil" contou com a presença dos presidentes da CUT, Vicentinho; da UNE, Ricardo Cappelli; José Rainha, do MST; de Luís Inácio Lula da Silva, do PT; Lindberg Farias, que falou em nome do PCdoB; deputados estaduais de vários partidos, entre eles, os comunistas Nivaldo Santana e Jamil Murad.

A defesa da unidade e ampliação da oposição foi a tônica dos discursos, que defenderam também reforma agrária, emprego, salários, Previdência pública e justiça.

A avenida Paulista lembrou os primeiros atos pelo impeachment. Diversas caravanas e marchas vieram do interior do Estado e de bairros distantes da capital, reunindo sem-terras, sem-tetos, estudantes e inúmeras categorias profissionais, como dos metalúrgicos e químicos do ABC, condutores de São Paulo, dentre outras.

Uma dessas marchas saiu de São José dos Campos no dia 21 de julho, reunindo 350 pessoas, entre elas cerca 40 crianças. Parou por diversas cidades antes de chegar à capital, realizando atos e recebendo a solidariedade da população. No dia 24, já entrando na capital, os trabalhadores precisaram fazer um comício em frente a uma igreja, para convencer o padre a ceder as instalações da paróquia



"Te cuida FHC, quem derrubou o Collor pode derrubar você"

para o pernoite. Na manhã do dia 25, foram recebidos na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sintaema), onde almoçaram. O sindicato montou uma creche para as crianças e um ambulatório para atender os doentes. Antes das 14 horas, estavam de novo em marcha, desta vez pela Avenida Tiradentes, no último trajeto antes de se juntarem com seus companheiros e acompanhados de sindicalistas e trabalhadores urbanos.

E assim aconteceu com outras marchas, que saíram de Campinas, Ribeirão Preto, São Bernar-

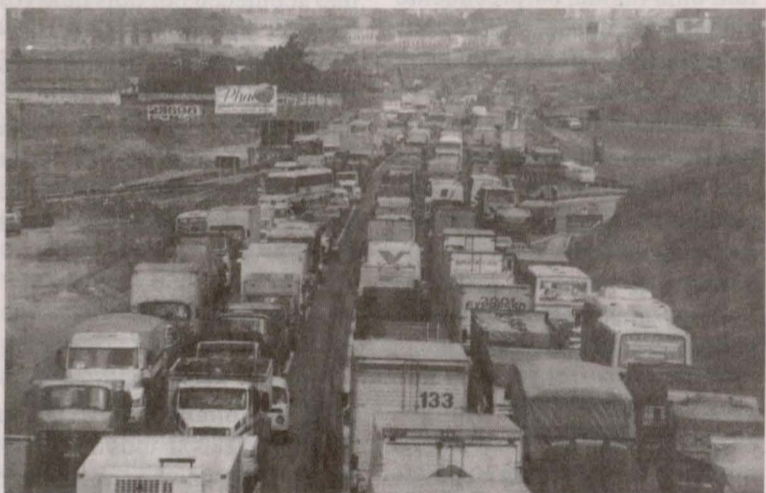
do do Campo e Sorocaba. Foi um grande ato, bem diferente do que disseram as manchetes de algumas emissoras de TV ou jornais

do dia seguinte. Eles preferiram dar espaço maior para que Fernando Henrique destilasse seu veneno contra a oposição, em declarações cada vez mais parecidas com as de Collor. A palavra de ordem, "te cuida FHC, quem derrubou o Collor pode derrubar você" revelou o ânimo dos manifestantes.

Este foi o principal ato nacional de protesto contra Fernando Henrique, o quinto desde que ele assumiu. E a expectativa é de que, no segundo semestre, cresçam as mobilizações. O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, falou sobre a possibilidade de realização de uma greve geral: "A mobilização popular é crescente. Nossa intenção é fazer a greve".



Caravanas do interior fortaleceram o ato em São Paulo



As duas pistas da Via Dutra foram bloqueadas pelos condutores

Bloqueio de estradas

O 25 de julho é Dia do Conductor. E o protesto dos condutores não deixou barato. Houve bloqueio de estradas em, pelo menos, seis Estados: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Oito rodovias foram interrompidas pelos manifestantes, engrossando o ato "Abra o Olho Brasil". Em São Paulo ocorreram as maiores manifestações. Nos principais protestos, caminhoneiros autônomos bloquearam durante cinco horas as principais rodovias federais que passam pela capital - Dutra, Fernando Dias e Régis Bittencourt.

Os congestionamentos atingiram 60 km.

A Régis Bittencourt também foi atingida por bloqueios no Paraná. Caminhoneiros, que protestavam contra o fim da aposentadoria especial para motoristas de ônibus e caminhão, atravessaram carretas na estrada.

Na Bahia, cerca de 5 mil manifestantes interromperam o tráfego entre 7h e 9h na BR-324, que liga Salvador a Feira de Santana.

Em Santa Catarina o congestionamento chegou a 10 Km. No Mato Grosso do Sul, 4Km. E, em Minas Gerais, 18 Km.

As manifestações aconteceram também em outros Estados.

Em **Minas Gerais** aconteceram manifestações na capital, Belo Horizonte, e em várias cidades do interior, com Paracatu, Montes Claros, Governador Valadares, Frei Inocêncio, Juiz de Fora, Ituiutaba e Uberlândia.

No **Rio de Janeiro**, foi realizada passeata e ato público, com a presença de, aproximadamente, 1.500 pessoas, entre sem-terra, sem-teto, petroleiros, telefônicos, professores, funcionários públicos, previdenciários, urbanitários, garis e estudantes.

Em **Recife/PE**, policiais civis, em greve, participaram das manifestações. A PM, também em greve, não participou.

Em **João Pessoa/PB**, cerca de 4 mil pessoas realizaram passeata e ato público. Lá, os pro-

fessores estaduais encontram-se em greve.

Em **Maceió/AL**, os policiais militares também estão em greve, mas não participaram do ato que reuniu partidos de oposição, MST, CUT e servidores públicos, que estão há meses sem receber salários.

Na **Bahia**, cerca de 5 mil trabalhadores químicos, petroquímicos, petroleiros, metalúrgicos, funcionários da indústria têxtil e operários da construção civil bloquearam a BR 324, na altura de Camaçari. Em Salvador houve ato público. Protestos de sem-terra aconteceram em Baixa Grande, Itamaraju, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas e Wenceslau Guimarães.

Em **Vitória/ES**, 4 mil pessoas dos sindicatos de bancários, trabalhadores da construção civil, comerciantes, previdenciários, além de agricultores e in-

tegrantes do MST, fizeram passeata e ato público.

No **Paraná**, caminhoneiros pararam causando congestionamento de 20 Km na divisa com São Paulo. Em **Curitiba**, passeata saiu do Palácio Iguazu e foi até a Boca Maldita, no centro da cidade.

Em **Porto Alegre/RS**, 4 mil sindicalistas, sem-terra e estudantes realizaram manifestação em frente ao palácio Piratini. O comércio foi fechado e houve tumulto durante o ato. Três pessoas ficaram feridas. Os policiais civis participaram.

Em **Natal/RN**, cerca de 1.500 pessoas participaram das manifestações.

No **Mato Grosso do Sul** aconteceram atos em Campo Grande e Itaquiraí. Nas capitais do Piauí, Pará e Amazonas também foram realizadas manifestações.



O Brasil tem acompanhado atentamente a crise em Alagoas. A grande mídia tenta constantemente estadualizar a questão, apresentando-a como algo exclusivo do Estado, incapaz de seguir os "bons conselhos do presidente da República" e de realizar uma administração eficiente

A crise alagoana

Ênio Lins

Inegavelmente, a ineficiência, os vícios, a incapacidade administrativa são verdadeiras. Alagoas sofre de um acúmulo histórico de administrações. O governo atual capitulou e não operou mudanças que amenizassem os efeitos dos acúmulos dos múltiplos problemas. O drama alagoano é uma chaga da doença do Brasil.

A economia alagoana tem o gosto amargo do açúcar ser a única opção econômica. O Estado teve boas performances no algodão, no coco, no arroz. Foi pioneiro, no início do século XX, com a eletrificação fabril e a industrialização no sertão, através da experiência de Delmiro Gouveia (experiência interrompida com o assassinato de Delmiro em 1917). A economia foi aprofundando-se na monocultura agroaçucareira.

Na segunda metade do século XX dois projetos estratégicos foram esboçados e naufragaram. O Proálcool e o Pólo Cloroquímico, pretensos redirecionadores da economia regional, foram para a lata do lixo. Em 1987, o acordo do governo estadual (Collor) com os usineiros privou as finanças públicas do recolhimento do ICMS das canas colhidas nas propriedades rurais das usinas. O Estado assumiu a devolução de um valor enorme, que pela ótica dos usineiros havia lhes sido recolhido indevidamente.

Os fatores locais, como esses, foram se acumulando com os nacionais. Os primeiros sintomas da crise já apareciam no governo Geraldo Bulhões (1990/1994), com dois meses de salários em atraso e perda da autoridade no comando das polícias.

Governo trágico

Em 1996, a maioria das oposições unem-se em torno de Divaldo Suruagy, senador e ex-governador por duas vezes. Tendo se destacado na luta contra Collor, ele obteve 82% dos votos válidos.

Profundo conhecedor da máquina (inclusive por ter edificado boa parte dela), não entendeu as mudanças produzidas pela globalização e não foi capaz de trabalhar alternativas diferentes das que tinha vivenciado nas décadas anteriores.

Ligado ao funcionalismo por questões de fisiologismo político, não aceitou a proposta inicial de demissão para enxugar a folha. Também nem pensou

em reduzir as diferenças absurdas de salários e os privilégios de indivíduos ou categorias inteiras. Resistiu a privatizar as estatais locais e a liquidar o banco estadual (Produban), mas não constituiu uma frente com os trabalhadores e segmentos progressistas que se opõem à privatização. O governo Divaldo Suruagy passou a ser alvo das oposições locais (de esquerda e de direita) e do Planalto, ao mesmo tempo.

Desapoio federal

FHC não tem projeto de desenvolvimento econômico. A integração à economia globalizada, segundo as determinações das grandes forças internacionais, é a única palavra de ordem.

Sem plano local e sem socorro federal, Alagoas foi-se afundando. O açúcar entrou em decadência. Opção secundária, mas importante, como a produção de leite e derivados, com base na bacia leiteira do sertão, foi esmagada pela entrada dos laticínios do Mercosul (o açúcar não faz parte da pauta). O gado de corte, alternativa para alguns usineiros, agravou o desemprego. Enquanto a cana emprega (subemprega) 11 pessoas/ha, a mesma área redirecionada para o gado usa apenas 1/ha. Um número ainda não calculado de vilas e "casas de moradores" foram destruídas, para impedir a volta ao campo dos trabalhadores demitidos.

A máquina de Estado foi se exaurindo. De dois meses atrasados no início de governo, chegou-se a 10 meses em algumas faixas. No comércio, a queda de consumo fechou muitas lojas, transferiu outras e aumentou o desemprego. Os dramas pessoais começaram a suceder-se. A sociedade chocou-se com casos de suicídio, e, principalmente com a tragédia de um PM que

assassinou a mulher, dois filhos menores e depois se matou.

Dentro do agravamento deste quadro, acontece o caso das letras. É autorizada pelo Banco Central e pelo Senado a emissão das Letras do Tesouro Estadual. A cidade de São Paulo, e os Estados de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina entraram no esquemão, via falsificação de precatórios para autorização de emissão de LTES. Em Alagoas, o rombo foi de R\$ 300 milhões. Todo esse dinheiro foi utilizado em pagamentos de empreiteiras e outros "débitos". O Banco Central "deixou passar" todas as irregularidades e o Senado votou a aprovação.

Explosão popular

O povo foi muitas vezes às ruas. Houve a tentativa de ocupação do salão dos despachos do governador, que acabou em pancadaria e com um sindicalista perdendo dois dedos da mão direita por uma bomba da polícia. A situação toma novo rumo com a adesão dos policiais civis e militares.

Julho casou diversas situações objetivas. Greve e aquartelamento da Polícia Militar, greve da Polícia Civil, processo de impeachment na Assembleia Legislativa e a mudança do maior grupo de comunicação do Estado, as *Gazetas*, para a oposição (e radical).

Depois de uma gigantesca passeata no dia 15 de julho, onde o destaque foi a participação em massa dos grevistas da polícia militar (inclusive oficiais), uma manifestação de apoio ao impeachment foi marcada para o dia 17 de julho.

Devido à greve das polícias, o Exército havia intervindo e o general Moreira Barros foi deslocado para Maceió. O dia 17 amanheceu com o prédio da



Com a prefeita Kátia Born, multidão faz o Exército recuar

Assembleia e a praça defronte cercados com arame farpado e guarnecido por soldados do Exército.

Por volta das 11 horas da manhã, a situação explodia. Acompanhando a prefeita Kátia Born (PSB), uma multidão derruba as grades de metal, arrancando os arames farpados e obrigando os soldados do Exército a recuarem até a porta do prédio da Assembleia. Tiros e corre-corre espalharam o pânico em toda área. Mas os manifestantes permaneceram na praça, enquanto grupos de polícias armados e mascarados realizaram uma rápida, surpreendente e eficiente ocupação de pontos estratégicos, pondo sob sua mira os soldados.

Graças à interferência dos líderes dos manifestantes, da prefeita Kátia Born e dos deputados de oposição, uma solução é negociada. Sem mais opções, o governador Divaldo Suruagy afasta-se do governo, por tempo indeterminado.

Um temido exemplo

As cenas chocaram e apavoraram FHC, seus aliados e os chefes militares. Transmitidas ao vivo pela TV e reproduzidas em todo país, as imagens mostram milhares de pessoas ocupando a praça, enfrentando o Exército e tendo a suprema ousadia de cercar a tropa federal com homens rebelados, armados. O problema passou a ser, como disse um atabalhoado e assustado ministro Íris Resende, "o mau exemplo que Alagoas dava para o Brasil".

O exemplo de revolta e enfrentamento tinha toda uma situação favorável para se espalhar, pois a crise é nacional. Não é à toa que as PMs levantam-se em todo o país.

Por tudo isso, Alagoas sofreu uma intervenção militar. O general Moreira Barros se fixou no Estado. Depois do confronto do dia 17 de julho a intervenção ficou muito mais acintosa. Um destacamento de soldados de elite (com 100 pára-quedistas

altamente treinados) foi deslocado do Rio de Janeiro para Maceió, além de homens mais experientes entre diversos quartéis do Nordeste. Tanques Uru-tus, armamento pesado e helicópteros de combate integram a nova paisagem maceionense.

No novo governo, o Planalto mantém o secretário da Fazenda (que havia indicado antes), coronel Roberto Longo. E nomeou o Comandante da Polícia Militar, coronel Juaris e o secretário de Segurança Pública, general Siqueira. Nenhum civil consta da lista de FHC.

A intervenção não oficial não aconteceu por dois motivos básicos: interromperia o processo de reformas constitucionais em andamento no Congresso Nacional e exigiria do governo federal medidas efetivas para equacionar a crise alagoana (o que FHC não quer, nem pode fazer).

Privatizações à vista

Assim, FHC posou de rigoroso, exigindo inclusive o fim do acordo dos usineiros, quando ele sabe que não é só dizer "acabou". Por ser um acordo transitado em julgado em todas as instâncias da Justiça brasileira, necessita de uma demanda judicial para ser anulado. FHC jogou para a torcida, pois o seu time em Alagoas é exatamente o dos usineiros. E seu candidato local para 1998 é um legítimo usineiro e um dos beneficiários do tal acordo.

Para valer mesmo, são as medidas que levarão à privatização das estatais rentáveis, como a Companhia de Eletricidade de Alagoas (Ceal), a Companhia de Água e Saneamento (Casal) e a Companhia de Gás Natural (Algás), considerada a segunda mais importante do Brasil. O banco do Estado (Produban), foi liquidado exatamente naqueles dias. De resto, a pobreza continua a mesma, e o Estado de Alagoas continua sem nenhum projeto de retomada do desenvolvimento econômico.



"Mau exemplo de para o Brasil", na opinião de Iris Resende

Tribuna de Alagoas

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



A Corrente Sindical Classista, em reunião realizada dia 28 de julho no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, decidiu lançar uma chapa classista, encabeçada por Wagner Gomes (Coordenador Geral) para disputar a direção da Central Única dos Trabalhadores no 6º Concut

Chapa classista na CUT

Com o lançamento da chapa, que repercutiu positivamente no meio sindical e foi destacada pela imprensa, a Corrente afirma o seu caráter de força independente, enfatiza a crítica à atual direção, que vacila no combate ao neoliberalismo insinuando até a conciliação com a política de privatizações, ao mesmo tempo em que se diferencia de outras tendências, que não compreendem a necessidade de constituir uma ampla frente de oposição ao governo FHC.

Todos contra FHC

Manifesto da chapa classista

Os trabalhadores brasileiros estão sob uma ameaça. A globalização neoliberal promove em todo o mundo um retrocesso social sem precedentes, retirando direitos e conquistas históricas dos que vivem do trabalho. A CUT deve ser um instrumento dos trabalhadores brasileiros para deter esta escala de exploração, no Brasil representada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para a CUT se transformar num meio da unidade dos trabalhadores é que estamos lançando a chapa classista para disputar a presidência da entidade. Chapa classista para fazer a CUT colocar os interesses dos trabalhadores em primeiro lugar: o direito ao trabalho, à terra, às conquistas sociais, à cidadania, a salários dignos, à organização sindical e ao direito de greve. Os trabalhadores devem desenvolver ações para derrotar o neoliberalismo e abrir perspectivas para uma sociedade socialista.

Defendemos que a Central deve encaminhar a luta pela redução imediata da jornada de trabalho sem redução de salário como alternativa de combate ao desemprego que se alastra por todo país, jogando na miséria milhões de brasileiros.

Reafirmamos a defesa intransigente dos direitos trabalhistas que estão sendo retirados. Ao contrário de que propagandeia a burguesia, foram conquistados com sangue e sacrifício da luta dos trabalhadores. Lutamos contra a precarização da relação de trabalho, contra a terceirização, a flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas.

Defendemos uma Previdência Social Pública que garanta uma aposentadoria digna aos trabalhadores. Ao mesmo tempo, combatemos a corrupção e os privilégios que beneficiam muitos daqueles que atacam nossos direitos. Somos contra a Reforma da Previdência em curso, que retira benefícios e direitos.

Os trabalhadores urbanos

devem marchar juntos com os do campo pela reforma agrária. Junto à conquista da terra, queremos dar condições para o homem do campo produzir: assistência técnica, armazenagem, transporte, financiamento, habitação, saneamento, saúde e educação.

A CUT deve lutar em defesa dos salários que estão sendo arrojados. Muitas categorias sequer conseguiram repor a inflação. Os servidores públicos federais não têm aumentos há 30 meses. Vários servidores estaduais têm os salários atrasados por meses. O salário mínimo reajustado em míseros oito reais precisa ter um aumento substancial.

A Reforma Administrativa acaba com a estabilidade, abrindo a possibilidade de perseguições e favorecimentos, aumenta o sucateamento das políticas públicas, em particular da educação e saúde.

A CUT deve desempenhar um importante papel na ação unitária com outras entidades pelos direitos sociais, educação pública, gratuita e de qualidade, defesa do Sistema Único de Saúde- SUS, por uma política de habitação popular, defesa da democracia, por um meio ambiente equilibrado.

É necessário mais do que nunca unificar os trabalhadores para a luta contra a ofensiva de FHC e sua política neoliberal. O caminho é o da luta, das mobilizações, das greves e manifestações. Esta é a lição que nos chega da Argentina, Coréia e da França. É o que extraímos da experiência da greve geral de 21 de julho do ano passado, das manifestações do dia 17 de abril e do 25 de julho deste ano e da mobilização contra a privatização da Vale. Nestes episódios a CUT participou da mobilização em unidade com o MST, UNE, UBES, CONAM, CMP e CNBB.

Porém, a CUT teve uma trajetória oscilante nesta gestão que se encerra. Revelou incompreensões da corrente majoritária, a Articulação, quanto ao



Augusto Coelho

Wagner, candidato da CSC

caráter reacionário de FHC e de como enfrentar o neoliberalismo. Priorizou os acordos e concessões em detrimento da luta. Importante liderança desta corrente conclama os trabalhadores a fazerem menos greves para defenderem os seus empregos, quando o que o Brasil pre-

Unir os trabalhadores e o povo contra FHC e o neoliberalismo

Esta é a plataforma apresentada pela Corrente Sindical Classista para a CUT

1 - Lutar pela Redução da Jornada de Trabalho Sem Redução de Salário

Realizar um Congresso para discutir o desemprego e formas de luta para combatê-lo; defender a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários; organizar marchas nacionais contra o desemprego, pela redução da jornada de trabalho; apoiar políticas econômicas que tenham por base o desenvolvimento do mercado interno para gerar empregos, regulamentar o dispositivo constitucional sobre a proteção do trabalho face a automação.

2 - Reforma agrária já

Todo apoio à luta pela terra; apoio a Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; desenvolver a unidade do MST, Contag, sindicatos dos trabalhadores rurais, federações e entidades sindicais urbanas na luta pela terra; reivindicar apoio aos pequenos e médios produtores: créditos, apoio técnico, armazenagem, transporte e preço; luta por condições dignas para o homem do campo: habitação, educação, saúde.

3 - Defesa dos direitos sociais e conquistas dos trabalhadores

Direito conquistado não se negocia; contra a flexibilização das relações de trabalho, o banco de horas, o contrato temporário e a redução dos salários; defesa dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, na CLT e nos Acordos e Convenções de Trabalho; fortalecimento da fiscalização do trabalho para combater fraudes e abusos.

4 - Defesa da Seguridade Social com caráter público abrangente

Defesa da Previdência Social, da Saúde e da Assistência Social; defesa de uma Previdência Social Pública fundada nos princípios da universalidade e solidariedade de defesa da aposentadoria por tempo de serviço; defesa dos atuais benefícios e direitos previdenciários.

5 - Lutar pelo aumento do salário mínimo e contra o arrocho salarial

Aumento imediato do salário mínimo; recomposição dos salários; aumento imediato para os servidores públicos para, no mínimo, recompor a inflação do período;

6 - Defesa do Direito de Greve e da liberdade de organização sindical

Defender o mais amplo direito de greve;

cisa é de mais luta e mobilização, cada vez mais gerais, contra o desemprego. O atual presidente da entidade propõe fazer perigosas concessões às privatizações, política símbolo dos neoliberais. Marco maior desta visão equivocada foi o acordo da Previdência, de 15 de janeiro de 1996, que abria mão de diversos direitos.

A CUT tem que ser democrática. Posições foram tomadas sem consultas prévias. Insiste-se na proposta de "sindicato orgânico", que, se aprovada, liquida a unidade e autonomia dos sindicatos e concentra poderes exagerados na cúpula da CUT. Propomos o sindicato unitário por ramo de atividade, enraizado através das organizações por local de trabalho, em contraposição ao pluralismo sindical e o sindicato por empresa.

Por outro lado, discordamos daqueles que subestimam o governo FHC e o projeto neoli-

beral e não enxergam a necessidade imperiosa da unidade mais abrangente para derrotar o adversário maior. Estes acabam concentrando seus ataques mais nas forças oposicionistas do que no inimigo comum.

Independente do processo eleitoral no Congresso da CUT, a chapa classista conclama os trabalhadores, sindicalistas que atuam na CUT, delegados ao congresso e as forças políticas para construirmos uma ampla unidade para barrar a ofensiva neoliberal. Precisamos aumentar a resistência que tem ganhado nas ruas nova qualidade com mobilizações de massa. O caminho é o da unidade e da luta antineoliberal para imprimir um caráter classista à atividade da CUT.

Por um 6º Congresso da CUT democrático e de luta!

Pela unidade dos trabalhadores brasileiros contra FHC e o neoliberalismo!

ve; denunciar a criminalização das greves com estabelecimento de multas para os sindicatos e demissões para os trabalhadores; contra o sindicato por empresa; sindicato unitário por ramo de atividade; lutar pela organização no local de trabalho; garantir a autonomia das assembleias para definir as contribuições.

7 - Unir todas as forças de oposição em uma ampla frente contra o neoliberalismo e o governo FHC

Realizar esforços para o lançamento de um candidato único das oposições nas eleições presidenciais de 1998; apoiar todos os esforços para a construção de uma Frente Ampla de oposição FHC; trabalhar pela unidade de ação dos diversos movimentos sociais; estimular a elaboração de um projeto de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo.

8 - Fortalecer o movimento unitário em defesa dos interesses nacionais, democráticos e populares

Fortalecer as propostas da Conferência Nacional em Defesa da Terra, Trabalho e Cidadania realizada em abril/97, Brasília; organizar um grande Encontro Nacional Democrático e Popular; defesa do SUS; por uma política de habitação popular; defesa da educação pública e gratuita, redução da jornada sem redução de salário; reforma agrária já.

9 - Defender a democracia e as mais amplas liberdades políticas

Propagandar e desenvolver os valores classistas e estimular a formação de uma consciência entre os trabalhadores para a sua emancipação

10 - Defesa do Patrimônio Público e dos interesses nacionais

Lutar contra a reforma pública que distorce e restringe a representação com o voto distrital, cláusula de barreira e proibição de coligações; aperfeiçoar o sistema proporcional de eleição; limitar o uso de Medidas Provisórias.

Propagandar e desenvolver os valores classistas e estimular a formação de uma consciência entre os trabalhadores para a sua emancipação. Ressaltar a perspectiva socialista na luta dos trabalhadores; resgatar, fortalecer e divulgar as idéias, fatos históricos, experiências de luta, lideranças e valores que ajudem a construir identidade de classe, estimular a produção cultural que ressalte os valores classistas, acentuar na formação sindical a perspectiva transformadora.

12 - Solidariedade internacionalista e intercâmbio para a luta comum dos trabalhadores

Desenvolver o apoio e solidariedade concreta aos povos trabalhadores em luta; especial destaque ao povo cubano na sua luta contra a política assassina dos EUA; procurar estabelecer intercâmbio e ações conjuntas com os trabalhadores de outros países, principalmente da América Latina; lutar pela equiparação dos direitos e combater toda forma de xenofobia, racismo e competitividade entre os trabalhadores.

13 - Democracia interna para garantir a unidade e fortalecer a central

Estabelecer métodos democráticos de decisão, principalmente nas questões mais importantes; transparência na gestão do orçamento e definição das políticas; incorporar imediatamente à vida da Central os sindicatos inadimplentes a partir do retorno do pagamento das mensalidades acrescida de 20% do valor das mesmas para abater a dívida. Garantir a presidência como fator de unidade, impedir a participação do presidente em disputas sindicais entre as chapas cutistas; suas declarações devem refletir a política aprovada nos fóruns da central. Definir critérios de composição de chapas cutistas com base na proporcionalidade. Elaborar um código eleitoral da Central definindo critérios éticos quanto a denúncias, solução de conflitos, regimentos eleitorais, propaganda e apuração. Compôr as direções da CUT através do processo e proporcionalidade qualificada.

14 - Construir a Greve Geral

Construir a Greve Geral através de manifestações, dias de protestos, passeatas, marchas, concentrações em torno de bandeiras unitárias dos trabalhadores, discutindo o apoio de forma mais ampla com os setores oposicionistas ao projeto neoliberal.

Lutar contra as privatizações das empresas públicas estratégicas; suspender o pagamento da dívida externa; defender uma política econômica sustentada no mercado interno, prioritariamente contra a reforma administrativa; fortalecer a integração latino-americana a partir do Mercosul, em contraposição aos interesses dos EUA através da ALCA.

11 - Defender o socialismo como única alternativa progressista ao capitalismo

EDITORIAL

Tudo para o Congresso

No momento em que se aproxima o prazo final para a realização das conferências municipais (impreterivelmente 17 de agosto), todo o efetivo partidário é chamado a concentrar suas energias nas tarefas relacionadas com a realização do 9º Congresso. Praticamente na reta final, o êxito do congresso depende do máximo de esforço de cada militante e dirigente. Passam para a ordem do dia como as tarefas mais importantes a mobilização dos filiados, a difusão do **Projeto de Resolução Política**, a intensificação dos debates, e a organização propriamente dita das conferências.

Maior ainda é a responsabilidade que recai sobre a direção do Partido. Acompanhar os debates, auscultar os militantes, levar em conta as ob-

servações críticas, argumentar com amplitude e precisão, dirimir dúvidas, promover a síntese dialética das discussões tendo em vista a unidade política, ideológica e orgânica do Partido e dirigir na prática a preparação do Congresso, são desafios que exigem acurado esforço e extremado empenho dos dirigentes em todos os níveis, especialmente do Comitê Central. Até o último minuto da realização do 9º Congresso, a atividade da direção há de se desenvolver em "regime especial", uma espécie de "plantão permanente". **Tudo para o Congresso** - eis o mote que norteia a vida partidária nesses poucos mais de sessenta dias que nos distanciam da magna assembléia final.

Papel destacado nesta fase de preparação do

Congresso é desempenhado pela **Tribuna de Debates**. Com esta edição, a antepenúltima, o número de artigos publicados ultrapassa as 4 dezenas, indicando que não são poucos os quadros que recorrem a este veículo para externar suas opiniões sobre o **Projeto de Resolução Política**, dando assim uma rica contribuição na elaboração da linha política do Partido. É de destacar, nesta edição, o elevado número de artigos sobre diferentes aspectos da vida partidária, sinal de que é fértil o terreno para a conquista de novos êxitos na construção de um forte partido de princípios, revolucionário, de feição moderna, capaz de interferir de maneira transformadora na realidade política nacional e internacional.

Marxismo-leninismo, dogmatismo e liberalismo

Sérgio Benassi*

O Partido é uma categoria histórica que nasce, desenvolve-se e deve morrer num ponto futuro.

Enfrenta, no transcurso do processo de desenvolvimento, vicissitudes de toda ordem, matizadas pela situação concreta de um determinado povo, de determinado país, em determinada situação histórica concreta e de outra parte tem seu desenvolvimento condicionado pela capacidade de seus membros de apreender a realidade e interferir ativamente na vida política e social deste país, como também no desenvolvimento da própria organização. O elemento consciente tem enorme peso, pois trata-se da intervenção ativa, planejada e consciente dos homens organizados em partido de classe, com uma visão e objetivos de classe bem definidos, mas precisando se desenvolver em circunstância que não controla, quase sempre em condições adversas.

Este Partido só sobrevive em tão adversa situação se for capaz de desenvolver visão dialética do processo histórico e de si mesmo como organização.

O Partido Comunista é essencialmente uma resposta teórica e prática, para alcançar a total superação do sistema capitalista. Esta é a sua razão histórica de existir, desenvolver-se e morrer. É a sua missão histórica.

Sua construção prática, cotidiana, é fenômeno histórico semeado por contradições, tensões e precisa ser consciente. Para tanto nos apoiamos e nos guiamos por uma teoria científica capaz nos dar todos os instrumentos para a ação, mas não nos dá uma fórmula acabada.

Esta concepção foi sintetizada por

Lênin sabiamente ao afirmar que o "marxismo não é um dogma, mas um guia para ação". Engels já havia ensinado que a concepção de Marx não dava "quaisquer dogmas prontos, mas pontos de apoio para uma investigação ulterior e o método para esta investigação (grifo original)". Estas sínteses compreendem a visão de que tudo na vida do partido e da sociedade onde atuamos é cercado e movido por contradições que não podem jamais eliminá-las por fórmulas abstratas.

Como um corpo vivo, o Partido pode sofrer sérios descompassos, estagnar na compreensão dos novos fenômenos, pasteurizar as contradições, tentar artificialmente eliminar as tensões criativas e por causa disso tudo finalmente retroceder. É a trajetória dialética da regressão e degeneração.

O núcleo ideológico de nossa concepção foi definido por Marx ao afirmar "que os comunistas representam no movimento presente, simultaneamente, o futuro do movimento."

Há um confronto permanente de idéias que não só é inevitável como inerente ao processo de desenvolvimento do Partido. É o confronto entre as ideologias proletária revolucionária e a ideologia liberal pequeno burguesa.

Este processo dominou os partidos comunistas deste século, dentro ou fora do poder socialista. Duas tendências básicas do pensamento e da perspectiva histórica pequeno-burguesa exerceram pressão sobre os partidos revolucionários.

O liberalismo cobrou seu tributo histórico degenerando ideologicamente os partidos.

O dogmatismo como resposta no pla-

no teórico e ideológico não se revelou antídoto eficiente porque provém do mesmo extrato social pequeno burguês.

O liberalismo centrou seu ataque no princípio fundamental do partido, ou seja, seu caráter de instrumento da classe operária, destinado a realizar a revolução. Rejeitou seu caráter de vanguarda e a estrutura democrática e centralizada que expressa de forma suprema, a unidade política, ideológica e orgânica, coincidentemente assumida e realizada; intransigente com a dinâmica de grupos, de interesse menores oriundos das circunstâncias políticas passageiras. Cai por terra toda disciplina, impede a unidade ideológica e política.

O dogmatismo rejeitou em bloco todas estas deturpações, não engoliu a isca, mas incorreu em outro erro. Petrificou em esquemas rígidos o que precisava desenvolver-se criadoramente, apoiado em princípios que eram necessários reafirmar.

O liberalismo pôs seu alvo no partido revolucionário, esquematizando as contradições, num jogo interno de grupos e tendências que supostamente garantiriam a democracia interna. Sob esta base concebe um partido "aberto", nega aberta ou disfarçadamente seu caráter de classe e com isso rebaixa a atividade da organização partidária ao espontâneo da lutas políticas e sociais cotidianas. Não se sabe mais qual a diferença entre o sindicato e o partido; ambos teriam a mesma função social. A diferença é que o partido serviria de tempos em tempos para eleger parlamentares. O desmonte da organização líquida com a perda de eficácia na vida do partido.

O liberalismo corrói, porque relativiza tudo o tempo todo. Nada é verda-

deiro, tudo pode ser mudado à qualquer momento ou complementado ecleticamente num mosaico infinito. O dogmatismo, contudo, não redescobre a verdade de cada fenômeno em cada momento ou situação histórica. Acaba evitando radicalmente qualquer possibilidade de relativizar as verdades. Paralisa as pesquisas e as novas descobertas por cobrar uma excessiva afirmação do já revelado. O processo acaba por se transformar em adesão incondicional.

O dogmatismo em certa medida é uma reação inicialmente sadia a riscos. Contudo, sua tendência histórica é a reafirmação sistemática de princípios de uma maneira acrítica e não raras vezes resvala para o franco autoritarismo pela incapacidade de defender estes mesmos princípios atualizando-os e renovando-os. A organização torna-se estreita e fechada num ciclo que se basta a si mesma; burocratiza as relações internas e reduz o exercício da democracia interna também a um ritual de adesão. Recorre ao esquematismo para defender verdades e eliminar contradições. Acaba por reduzir o campo de observação crítica e desenvolve certa intolerância com as tensões naturais que surgem.

No campo da organização o liberalismo trata o crescimento da influência política como um diluente universal dos princípios e um relaxante da disciplina voluntária e consciente própria da militância dos ideais revolucionário.

O dogmatismo, de outra parte, reage congelando os princípios em fórmulas rígidas das formas de organização, muitas vezes tornando-as inoperantes e isolando a necessidade de ser flexível. Isola-se dos processos reais.

*Do Comitê Estadual do PCdoB - SP



Interiorizar é preciso

Edwiges Carvalho*

No texto *O Partido - Instrumento fundamental da luta revolucionária* apresenta-se ao 9º Congresso desafio de pensar e apontar concretamente a construção de um **partido de feição moderna**. Desse enunciado, vários aspectos devem ser debatidos e diretivas apontadas pelo conjunto da militância. Um dos aspectos que quero levantar nesse momento é sobre a interiorização do Partido.

A expressão "feição moderna" sugere uma nova perspectiva de compreensão e atuação, um contraponto à feição anterior. É nesse sentido que imagino o Partido refletindo e elaborando uma política de crescimento e fortalecimento no interior.

Se considerarmos a história da política brasileira, saberemos que a tradição coronelista ainda é muito presente, embora, em certas regiões, se apresente de forma dissimulada. O poder, ora na mão de um, ora de outro "coronel" ou das ricas famílias tradicionais, obrigava e obriga o povo a se perfilar de um lado ou outro, ameaçado com a retirada das poucas condições de sobrevivência.

É fato também que essa situação tem sofrido mudanças. O fato do PCdoB estar organizado em todo o território nacional demonstra isto e, ao mesmo tempo, a audácia de nosso Partido em se apresentar ao povo brasileiro se colocando na defesa e na luta dos trabalhadores e dos interesses nacionais. A nossa luta política tem atraído centenas de trabalhadores e setores avançados pelo Brasil afora.

Entretanto, se considerarmos a história da primeira fase de interiorização do Partido, a partir da reabertura política, observaremos que na grande maioria dos municípios ele foi estruturado para cumprir uma exigência da lei, necessária para manter o registro legal do Partido. Foi um trabalho de filiações extensivas e formação de um número considerável de diretórios formais. Nossas condições políticas e estruturais, não permitiram um vínculo maior com esses filiados e diretórios. Mas é inquestionável a contribuição desses companheiros e a importância desse trabalho para que o nosso Partido pudesse ter vida legal.

Muitos frutos surgiram desse período. Em várias cidades, o Partido teve e mantém atuação política, é respeitado e tem crescido. Porém, penso que esta fase, este tipo de investimento político está exaurido. É verdade que muito se fez, que este processo vem avançando, mas é preciso modernizar.

A construção do Partido no interior

Construir o Partido no interior não é tarefa fácil (ainda que falando a partir da visão do conhecimento da realidade goiana). Em tempos de neoliberalismo, de grande desemprego e dificuldades de toda ordem, parece que o interior sofre ainda mais as conseqüências de tais mazelas. Por um lado isto cria dificuldades ao nosso crescimento, mas por outro há uma crescente insatisfação popular. O PCdoB necessita elaborar melhor uma política de interiorização, o que é um

desafio para os novos Comitês Estaduais.

No geral, o Partido sofre uma grande pressão ideológica da burguesia e setores atrasados, que utilizam, com eficiência os meios de comunicação, a produção teórica requintada e várias formas sutis, no sentido de bombardear o Partido para que perca sua identidade de classe. No interior esta pressão é mais direta sobre aqueles que ousam levantar a bandeira da transformação social.

É preciso, então, ter um cuidado especial para interiorizar o Partido. Não se deve fazer a dicotomização entre Partido da capital e do interior, mas sim, concebê-lo em seu todo, compreender a atuação de cada Comitê Municipal como parte integrante do projeto global do Partido e de forma dialeticamente vinculada. Isso significa ter um projeto mais claro, objetivos definidos, investimento político, melhor equacionamento dos recursos.

É fundamental compreender e considerar a realidade política, social e cultural do interior de nosso país. Pensar uma política ampla, a formação de uma frente com outros setores avançados é imprescindível para termos campo e mobilidade de ação política. Planejar e programar uma intervenção política de maneira integrada, das várias frentes nas quais atuamos, assim como absorver e participar de novas organizações populares de conteúdo que venham somar à luta democrática. Empreender o espírito de canalizar recursos e energias na direção de fortalecer e estruturar um Par-

tido coeso politicamente, capaz de efetivamente se apresentar como alternativa de transformação social.

A mim, me parece que estes aspectos, dentre outros, são importantes para enfrentarmos este desafio. Um trabalho articulado entre a frente parlamentar, sindical, juventude, mulheres etc., com certeza, ganha força especial e pode contribuir enormemente com a construção do Partido e o inverso também potencializa a ação das frentes.

Sobretudo, é fundamental cuidar da formação teórica e ideológica da militância, da capacitação política de quadros e dirigentes. É evidente que isto não se resolve só em cursos formais, mas também no estímulo ao estudo, à elaboração teórica/política, na prática política cotidiana, em buscar novas formas ágeis de comunicação interna, na audácia de propagandar nossas idéias, na sustentação material do Partido etc.

Para adquirir uma feição moderna, além de manter os princípios marxistas-leninistas, é preciso ousar muito na criatividade política, canalizar a diversidade cultural e descontentamento de nosso povo, em favor da luta pelo socialismo. De planejar nosso trabalho e dar conseqüência política a ele. Nestes aspectos e em tantos outros é necessário considerar e investir na construção do Partido no interior, pois qualquer transformação social, necessita contar com a participação desta parte de nosso chão.

*Do Comitê Estadual do PCdoB-GO

Formação e informação - elementos fundamentais na construção do Partido

Miguel Jocélio*

"Entre os grandes problemas que reclamam maior atenção do movimento revolucionário ressaltamos a questão do Partido, que foi e continua a ser a força decisiva da revolução social, da transformação avançada da sociedade e do elemento fundamental à resistência e à derrota da ofensiva neoliberal do imperialismo contra os trabalhadores e os povos do mundo inteiro."

Com esta introdução, que cita um trecho do *Projeto de Resolução Política* para o 9º Congresso do PCdoB, quero destacar dois, entre os vários elementos fundamentais para a construção do Partido: a **formação**, sem a qual o Partido não se revitaliza e nem constrói base sólida para aplicação da sua política revolucionária, e a **informação**, que diariamente vai desfazendo a propaganda contra-revolucionária por todos os meios de comunicação de massa a serviço do neoliberalismo.

Todo o coletivo do Partido, desde a direção até as células de base, tem que compreender que o processo de forma-

ção dos quadros não pode se dar de forma voluntarista. É importante saber que a formação ocorre de forma individual e coletiva, mas deve sempre ser orientada pelo organismo a que o militante está vinculado. Precisamos entender que, com a ofensiva neoliberal, fica muito difícil para um recém-filiado às fileiras do Partido compreender a nossa estratégia e tática políticas, estar afinado com o nosso discurso e entendimento da realidade. Não podemos em momento algum subestimar o valor e a essência da formação da militância do Partido. Temos que ter clareza que apenas a ação prática cotidiana, o "tarefismo", não é capaz de forjar homens e mulheres com a capacidade de luta revolucionária. Às vezes, subestimamos o valoroso elemento que é a formação e perdemos companheiros que não a tiveram adequadamente, que se deixam levar por oportunismo de classe, personalismo e outros males. Portanto, camaradas, no momento em que estamos discutindo o *Projeto de Resolução* para o 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil, urge elaborarmos com muito esmero, disposição e compreensão da nossa realidade, uma

ousada estratégia de formação que possa se contrapor à avalanche neoliberal que tenta de todas as formas nos moldar para aceitarmos a cruel, mesquinha, excludente, preconceituosa e miserável sociedade capitalista. Precisamos formar a nossa militância com o objetivo de construir o sentimento de classe e de partido revolucionário marxista-leninista, fortalecer a cada dia os nossos ideais e a vontade inabalável de transformação desta sociedade.

Diariamente somos bombardeados pelas informações dos meios de comunicação a serviço do neoliberalismo, que chegam a todas as localidades deste país, onde camaradas nossos, nos últimos dois anos, por problemas de circulação regular da **Classe Operária**, não receberam outras informações que não sejam as veiculadas por estes meios e, por vezes, de tanto serem torpedeados arrefecem seus ideais e perdem o trem da história. Precisamos ter claro que a informação como gancho da formação é essencial para a construção de um partido revolucionário. Necessitamos compreender que toda a militância precisa estar informada das atividades dos comitês do Par-

tido, dos sindicatos e das entidades que dirigimos, da atuação dos nossos parlamentares, das atividades que estão acontecendo de Norte a Sul do Brasil e no mundo que se contrapõe ao projeto neoliberal.

O Partido precisa compreender as dificuldades dos camaradas que estão empunhando a bandeira do PCdoB no interior de cada Estado brasileiro. É indispensável que os comitês estaduais localizados nas capitais e que têm maior acesso às informações, socializem-nas com todo o interior dos Estados. Nós, que atuamos no interior do Ceará, nos ressentimos desta falta de compreensão.

Temos a convicção, pela experiência de luta no Partido, de que estes dois elementos que elencamos são primordiais para o fortalecimento, firmeza ideológica e reafirmação da vanguarda revolucionária do Partido Comunista do Brasil, capaz de transformar a velha e arcaica sociedade capitalista na nova e vital sociedade socialista.



Que partido, dotado de qual política?

Carlos Augusto Diógenes*
(Patinhas)

Esta me parece a questão central do 9º Congresso. Representa o desafio a ser enfrentado e respondido pelo conjunto da militância. O item 37, da parte sobre o Partido, do *Projeto de Resolução* em debate, afirma: "Necessitamos de um Partido forte e coeso, capaz de forjar a ampla união das correntes de esquerda e democráticas e de reforçar a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo". O item 38, continua: "Um Partido de princípios, marxista-leninista, de feição moderna, capaz de realizar a grande política destinada a mudar os rumos do país. Um Partido livre do dogmatismo e do voluntarismo. Não somente um Partido de lutas, mas também disposto a assumir responsabilidades em níveis de poder local e mesmo nacional, se existirem as condições necessárias para isto." Mais na frente, fala de um Partido "construído como ampla organização de massas...", "unido na ação política, sem alas e tendências no seu interior...", "avesso ao reducionismo simplificador, às formas mecânicas, administrativas ou burocráticas".

O *Projeto de Resolução* aponta, de forma correta, **como tarefa central no momento de aglutinação das forças democráticas e populares numa ampla frente política de massas de com-**

bate ao projeto neoliberal. Unir os amplos setores de nossa sociedade descontente com a política de FHC é a chave para a vitória das forças oposicionistas. A estruturação do Bloco Parlamentar de Oposição na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, reunindo os partidos de esquerda, sinalizou de forma positiva para a sociedade. As constantes reuniões dos presidentes nacionais do PT, PDT, PSB e PCdoB e, recentemente, a formação de uma comissão destes partidos para a elaboração de um programa alternativo de governo tiveram grande repercussão nas hostes oposicionistas. Por outro lado, o movimento de massas vai, na prática do dia a dia, buscando uma ação mais coordenada. A Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, reunindo diversas entidades da sociedade civil, e a grande manifestação em abril em Brasília, liderada pelo MST, são exemplos de que é possível articular um amplo movimento político de massas de combate ao neoliberalismo.

O PCdoB, apesar de não ser o maior partido de esquerda, tem um papel essencial na articulação e estruturação desta frente. Isto se deve à sua visão programática estratégica, à sua coerência e longa trajetória de lutas em busca da unidade do nosso povo e à sua atuação coesa e unitária no cenário político.

Esta tarefa, pela sua envergadura, não

é apenas de seus dirigentes e parlamentares, mas também do conjunto da militância. As articulações em nível das direções poderão cair no vazio, se não forem respaldadas por um trabalho permanente dos comunistas, no movimento sindical, estudantil, comunitário, popular e democrático em geral, de combate às posições estreitas e sectárias nele existentes e de defesa do trabalho de frente e da construção da ampla unidade de nosso povo. Entender que a radicalização da luta popular não é contraditória, como alguns setores equivocadamente defendem, com a sua ampliação. Muito pelo contrário, só existe radicalização conseqüente se houver ampliação. Além do mais, a nossa atividade nas diversas frentes de massa não deve ficar limitada a lutas específicas e questões menores. Devemos situá-las no contexto da luta mais geral do nosso povo e subordinar as questões e interesses menores à grande batalha política do momento, que é unir o povo para derrotar o neoliberalismo em curso no país.

Por outro lado, não podemos pensar na frente oposicionista com a visão apenas eleitoral, em função de coligações para 98. Deverá ser uma frente de luta política abrangente e permanente, com uma base de apoio real em constante processo de mobilização, galvanizada por um programa alternativo ao neoliberalismo e que em 98, com certeza, apre-

sentará um excepcional vigor de mobilização e de combate aos candidatos e propostas neoliberais.

A necessidade de ser **um Partido de feição moderna** está ligada à compreensão na prática desta tarefa central que nos é colocada pelas circunstâncias atuais. Para isto, precisamos estabelecer um amplo relacionamento com as forças vivas e progressistas da sociedade, ocupar, sem medo e sem perder a perspectiva revolucionária, todos os espaços abertos pela luta política no movimento social, no parlamento e também nos executivos nos seus diversos níveis. Precisamos de um Partido com uma rica, combativa e diversificada prática política de sua militância, com uma política de organização em consonância com o momento atual e com a capacidade de responder os problemas colocados pela luta de classes.

Acredito que o Brasil caminha, em breve, para grandes levantes de massas. As recentes manifestações de policiais civis e militares demonstram a profundidade da crise social que se espalha pelo país. Cabe aos comunistas portarem-se com combatividade e maestria nas lutas políticas e sociais, acumular forças, visando a derrota do projeto neoliberal em curso e a abertura de caminhos que nos conduzam ao socialismo.

**Do Comitê Central, presidente do PCdoB - CE*

Construção partidária: uma tarefa permanente

Francisco Livino de Noronha Neto*

Neste 9º Congresso grandes desafios estão colocados para os militantes, quadros e dirigente partidários. Portanto, todos estão chamados para debater e aprofundar, quer política quer teoricamente, questões importantes no que respeita ao movimento comunista no Brasil e no mundo.

No quadro atual de defensiva das forças de esquerda, em que o Partido tem destacado a necessidade de se construir uma frente popular, democrática e nacionalista, que constitua-se numa alternativa ao neoliberalismo, cujo desmonte da indústria nacional - dos centros de pesquisa e produção científica - de abertura indiscriminada do mercado brasileiro ao estrangeiro, entre outras conseqüências graves ao nosso país. Deve-se considerar a eleição do ano que vem como uma parte integrante do nosso objetivo fundamental, que é a implantação do socialismo em nossa pátria. Que só o socialismo é capaz de resolver os problemas do Brasil e de seu povo.

Para construirmos o socialismo teremos de percorrer ainda um "longo caminho", permeado por batalhas, formas de luta diversas, de acordo com o grau e variedade dos problemas que vão se apresentando. Precisamos encarar a construção partidária como uma tarefa permanente. Por isso precisamos fortalecer as organizações de base que já existem e criá-las onde houver possibilidades. Os comitês distritais devem ser dotados de capacidade estrutural e seus membros precisam estar capacitados teórica e politicamente. Devem, além do acompanhamento político das bases, estimular a capacidade criadora dos militantes das bases, estimulá-los a ser ousados sem que caiam no voluntarismo,

deixando de lado a ação política consciente. Quando verificarem que existem condições de criar um organismo - num dado local - e muitas vezes o militante - que teria uma certa capacidade para isso, não tem a experiência política e prática suficientes, devem orientá-lo. Promover cursos de formação teórica e política deste, assim como de outros camaradas.

1- A atuação dos Comunistas nas entidades de massas

Como enfatiza o *Projeto de Resolução Política* na pág.11, "a atividade política dos comunistas nas entidades em que atuam muitas vezes não consegue superar a fronteira da luta corporativa e economicista".

Penso que estas devem dar maior ênfase à defesa do socialismo. A luta "corporativa e economicista" deve ser vista como parte da luta que travamos para construir o socialismo. Deve buscar nos bairros formas diversas de atuação como: promoção de atividades culturais, políticas; discutir com maior intensidade as questões sociais como moradia, educação, saúde, conflito trabalho/capital, a partir de uma linguagem simples e acessível aos níveis de compreensão variados. Discutir o problema do meio ambiente, a partir de uma concepção socialista. Voltarei a este assunto no item seguinte. Também é importante procurar fazer atividades conjuntas, tendo, por exemplo, militantes do movimento de moradia, sindicalistas, militantes do movimento juvenil entre outros.

Outra questão importante, em que pese suas limitações, é o parlamento. No entanto, as classes dominantes fazem diariamente propaganda odiosa contra este, fazendo as massas se confundirem achando que todos os parlamentares são iguais. Por isso, devemos esclarecer melhor para as pessoas qual a nossa con-

cepção de parlamento, porque participamos dele, como o encaramos perante o socialismo, que é nosso objetivo central. O descrédito de parte razoável dos trabalhadores e do povo é tão grande que notamos no censo comum imaginar-se que o parlamento é a "cura para todas as doenças" que nos afligem.

Portanto devemos educar quotidianamente as massas. Através de nossa prática política, propaganda e agitação, forjar nas massas a necessidade de participação mais ampla nas lutas políticas. Desenvolver o hábito da discussão, do elemento crítico etc. pois o povo brasileiro é herdeiro de uma cultura política bastante autoritária.

Assisti um outro dia, numa certa atividade do Partido, um camarada, palestrante, afirmar: "Que o movimento sindical, muitas vezes, levanta a bandeira de reposições salariais. Só que ao lado desta não se refere à importância do salário real". Pois isto seria mais educativo para os trabalhadores. Por exemplo, a questão da diminuição da jornada de trabalho. Acho que além de levantarmos o fato de "gerar empregos", os motivos que justificam sua diminuição... procurarmos as formas de mostrar, a necessidade do socialismo.

Se aceitamos que discurso e prática são inseparáveis, então que nosso discurso se expresse numa prática renovada e criadora. Encaremos a educação das massas como algo permanente.

2- A UJS

Nas resoluções do 8º Congresso Nacional da UJS, onde se lê que é "plenamente possível ampliar o alcance de nosso movimento socialista a todos esses setores da juventude através do movimento estudantil". Estas afirmações se referem à ampliação do trabalho em pequenas cidades do interior, entre os jovens

operários e trabalhadores e entre a jovem intelectualidade. Tenho consciência de que ainda é cedo para reclamar grandes resultados. Uma vez que, depois de se avaliar que havia cumprido um importante papel, desde sua fundação, em 1984, mas que a partir de 1993 verificou-se problemas, sendo necessário relançá-la., o que ocorreu há apenas um ano.

Penso que a UJS, como uma organização revolucionária, com política e ideologia próprias, só pode abarcar outros setores da juventude através do movimento estudantil se souber articular este último com o trabalho nos bairros. Nas periferias dos grandes centros urbanos, onde se encontra grande parte da juventude pobre, marginalizada e sem perspectivas, se deve promover eventos culturais, políticos etc. Aproximar-se destes setores jovens que curtem o samba, o repp, dando-lhe um conteúdo mais político. Tratar da questão ecológica, sob um ponto de vista socialista. Colocar que estão em extinção, não apenas as espécies vegetais e animais, mas sobretudo o homem. Que no processo de exploração da natureza no sistema capitalista, é inevitável a sua destruição. E mais: fazer o discurso da oposição. Pois o das ONGs é o da conciliação. Enfim, através da ligação com outros setores do movimento popular, promover atividades capazes de estimular as energias revolucionárias e criadoras da juventude, suas capacidades de indignação, sua rebeldia contra um sistema que lhes nega vida digna, que sufoca suas aspirações e sonhos.

Nas próprias resoluções se constata que a "UJS só tem atuado nos congressos estudantis, mas que, quando estes passam tudo volta a estaca zero". Sabemos que depois destes, mesmo o trabalho estudantil sofre limites. E o que não dizer sobre o trabalho



⇒ nos outros setores da juventude. Daí justificar-se a necessidade permanente de construção da organização.

Lembro-me em certa ocasião, da confusão que se fazia entre participar de uma campanha ou cuidar de um congresso estudantil. Separa-se uma coisa e outra, como se as duas não fossem extremamente importantes. Pensamos então que

a UJS, como uma organização juvenil revolucionária, que luta pelo socialismo, deve também, ao mesmo tempo, compreender que lutas como estas citadas acima são partes integrantes do seu objetivo central, que é construir uma nova sociedade, socialista.

As preocupações expostas acima levam em conta a necessidade de que a

UJS tem que apresentar-se com cara própria para a juventude. Terá de superar certos problemas manifestados anteriormente ao seu relançamento. Pois no seu 8º Congresso Nacional fica determinado que esta deve aparecer com fisionomia própria. Aliás, já na sua fundação se colocava isto. Mas neste último coloca-se uma questão nova, que é o fato de seus

militantes em vez de se organizarem no Partido, como era antes, devem agora se organizar na própria UJS. Portanto, minhas preocupações vão justamente no sentido de que, nesta sua fase posterior ao seu relançamento, não repetirem-se certos problemas, que impedem maior inserção e consolidação da UJS.

**Do Organismo de Base da PUC-SP*

O Partido: um farol para a luta dos camponeses

Antonio Carlos Sena*

Ao abrir os debates em torno do 9º Congresso, o Partido reacende o desejo de mudança para os seus novos e velhos militantes. A história atravessa mais um século e dentro dele nasce a única opção revolucionária no Brasil, o PCdoB. Não obstante que na virada do milênio poderão acontecer mudanças profundas, levando em conta os últimos acontecimentos no mundo, o capitalismo tem usado os mais variados tipos de roupagens para continuar vivo. O socialismo tem se renovado com sucesso em meio às investidas imperialistas. No Brasil, o maior evento para os comunistas, no final deste século será, com certeza, o 9º Congresso, pois a partir deste instante ele acorda sua militância para o debate intenso e fértil e isto obrigará os organismos de direção a cumprirem a tarefa de reorganização do Partido. Na cidade e no campo o Partido terá que abrir suas portas para o debate.

Este artigo mostra o desejo de acender a discussão sobre a nossa organização junto à luta dos camponeses, pois entendo que o PCdoB não negou até aqui sua importante ligação com os mesmos. Desde as ligas camponesas até os dias de hoje, o PCdoB sempre encontrou eco com forte ressonância na luta pela terra. Além de doar as vidas de vários camaradas à luta pela reforma agrária, as nossas experiências só têm crescido, assim como vem aumentando nossa inserção junto à luta dos camponeses. Em várias partes do país onde aconteceu e acontece resistência dos trabalhadores rurais, notam-se elementos do trabalho político ou senão companheiros que se identificam com o Partido e suas idéias. No

geral, não podemos afirmar que o PCdoB é quem de fato vai conduzir sozinho a luta pela terra no país, pois a reforma agrária é uma questão social. Em contrapartida, o saldo deste investimento político é mui vantajoso. São do ponto de vista da organização dos pequenos produtores, parcela importante do campesinato que vem tendo acesso à terra, a fatia mais politizada do meio rural.

Ultimamente nota-se uma certa oxidação política do pequeno e tímido trabalho de campo do Partido. Mas, temos o que comemorar. Comemoramos o surgimento de novas organizações em alguns locais, como por exemplo nas ocupações de terras na Bahia, assim como a direção de vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais pelo Brasil. Não é hora de justificarmos nossa debilidade de ação, com o apoio irrestrito a iniciativas e movimentos que surgem por mera conjuntura política. O anseio popular e dos comunistas por terra, trabalho e justiça é secular ou senão a maior bandeira de luta das últimas décadas.

O PCdoB terá que dedicar uma boa parte do seu 9º Congresso à questão do trabalho de campo, para não continuar com esta parte ainda mais problemática e vulnerável. Antes do apoio incondicional a qualquer movimento que lute pela reforma agrária, devemos avaliar concretamente as debilidades neste setor. Temos em nossas mãos os mais variados dados sobre a situação do povo camponês. O Brasil dos famintos e miseráveis tem origem na perversa tradição da exploração do homem pelo próprio homem. A concentração de terras, a violência e a miséria no campo revelam a face cruel deste sistema. Daí perguntar-se: dá para sair do nosso Congresso sem

uma resposta verdadeiramente revolucionária? Há quem responda que o MST é o farol da luta pela terra. Reafirma-se aqui que o nosso Partido não será o único responsável pela reforma agrária no Brasil. Mas, acredito que o PCdoB, em seu 9º Congresso, confirmará a orientação de continuar na trajetória revolucionária rumo ao socialismo e por conseguinte construir um país diferente. É urgente a obrigação de abrir as portas do Congresso para as mais variadas expressões de seus militantes de base, principalmente àqueles que convivem com o trabalho diário do Partido no campo e que emprestam de si a vontade e o sonho da revolução acontecer de fato na terra.

Até outubro teremos tempo suficiente para conclamarmos os que querem opinar sobre o trabalho de campo. Ainda há tempo para os nossos quadros que acompanham este trabalho se dedicarem um pouco mais aos debates. Ainda temos condições de voltarmos às bases para implantarmos uma nova dinâmica de ação. Como já foi dito antes, as experiências nesta área são muito ricas. Em Goiás, no Paraná, na Bahia, enfim, elas nos credenciam para interferirmos na organização dos camponeses.

Abre-se aqui um parêntese para avaliarmos a questão do Estado da Bahia.

Nós, comunistas, dirigimos a Federação dos Trabalhadores Rurais - FETAG, com ampla maioria. Esta, por sua vez, interfere diretamente na direção dos variados Sindicatos de Trabalhadores Rurais e tem forte interferência na luta pela terra. O PCdoB dedica às vezes especial tempo a esta frente. Esta Federação tem hoje um ótimo relacionamento com o Movimento de Luta pela Terra -

MLT, que por sua vez agrega bons militantes do Partido. Depois de muito tempo dirigida pelos pelegos do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais - MSTR, hoje é dirigida por comunistas e independentes e passou a ajudar bastante na organização dos trabalhadores rurais, além de vir apoiando incondicionalmente as ocupações de terras no Estado, assim como organizando vários pequenos produtores e outras lutas. É preciso mais, mais e mais. Porém o pequeno trabalho já mostra resultado satisfatório.

Neste parêntese inclui-se agora um fato novo. O MST (não se registra aqui objeção política) não tem tido a prática organizacional coerente. Vários são os desvios do ponto de vista da relação com o MSTR. Mas não devemos tratar a questão como elemento negativo, até porque a luta pela terra sempre terá os mais variados segmentos e difíceis obstáculos até alcançarmos uma justa reforma agrária.

É preciso acreditar nas experiências realizadas na Bahia. Desde Puxim-Sarampo até as mais recentes ações de resistência dos trabalhadores rurais. O PCdoB vem dando boa contribuição à luta pela reforma agrária no Estado. Isto mostra que não podemos perder de vista a necessidade de melhorarmos o trabalho no resto do país. Os frutos virão e estaremos cada vez mais próximos dos camponeses e da sua luta, basta dedicar uma especial atenção. Aplaudir e apoiar as iniciativas do MST é preciso. Mas é muito mais urgente termos a ousadia de puxarmos a luta dos trabalhadores rurais com e sem terra em todo o Brasil.

**Militante de base no PCdoB em Itabuna-BA*

O PCdoB e o espaço geográfico

Anderson Alves Esteves*

Como as classes sociais, o Estado e a divisão do trabalho, o espaço como tem-se hoje é um produto histórico. O espaço de hoje é diferente do espaço peculiar à Idade Média (feudalismo), diferente do espaço peculiar à Antiguidade (escravismo), diferente do espaço da sociedade primitiva (comunal). O espaço é transformado conforme o modo de produção de um período histórico.

Como produto histórico do capitalismo, o espaço é produzido à semelhança de seu criador: o capital. O espaço no capitalismo tem por necessidade reproduzir nele, constantemente, mais-valia. O espaço transforma-se, assim, em condição para a reprodução de capital, e no espaço que as relações sociais de produção materializam-se, é lá que se produz e reproduz capital, explorando os trabalhadores através da mais-valia. O espa-

ço, assim, é uma condição para reprodução de capital, ou seja, meio das relações sociais de produção.

É claro que em um modo de produção pautado na propriedade privada, na necessidade de reprodução de capital, o espaço não é só condição para reproduzir capital. O espaço no modo de produção burguês além de condição é também mercadoria: vende-se, aluga-se. Quem não conhece estes axiomas do capital em relação ao espaço?

Todos sabemos que a lógica do capital é produzir desigualdade e não igualdade. Há edificações enormes com muito trabalho humano materializado para a burguesia deliciar-se, ao proletariado resta um espaço com pouco trabalho humano materializado, e matizes diferentes dentro de uma mesma classe social produzem também diferentes espaços. As contradições da sociedade produzem as contradições do espaço: bair-

ros nobres versus favelas, cidade versus campo. Vê-se nos últimos tempos verdadeiras privatizações do espaço público, a burguesia foge dos caos urbano que ela mesma criou para grandes áreas de condomínios fechados onde só se entra após identificação e autorização pela segurança. O espaço público também está servindo o capital, basta ver as obras que Paulo Maluf fez em São Paulo, ficando até famoso por isto.

O espaço é cenário da luta de classes, no campo há a guerra de latifúndios versus sem-terra.

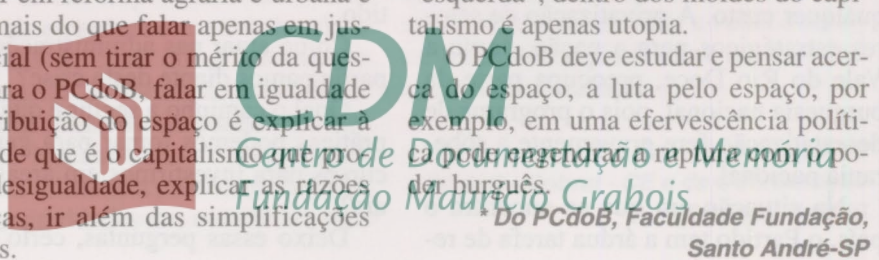
Falar em reforma agrária e urbana é muito mais do que falar apenas em justiça social (sem tirar o mérito da questão). Para o PCdoB, falar em igualdade na distribuição do espaço é explicar a sociedade que é o capitalismo que produz a desigualdade, explicar as razões históricas, ir além das simplificações vulgares.

Reforma agrária todos sabemos que é uma bandeira burguesa, erguida inclusive nas revoluções burguesas há séculos. Para a burguesia brasileira, atrasada e incompetente em relação à dos países desenvolvidos, porém, realizar uma reforma agrária significa dar um golpe bem embaixo dos pilares do capitalismo no Brasil, já que o "progresso" da cidade depende do atraso do campo, há uma unidade dialética aqui em que se fere um, fere-se dois.

É por isso que é difícil tratar do tema, não se faz reforma agrária ou urbana com uma mera eleição de um candidato da "esquerda", dentro dos moldes do capitalismo é apenas utopia.

O PCdoB deve estudar e pensar acerca do espaço, a luta pelo espaço, por exemplo, em uma efervescência política e política de massas, não se pode falar em reforma agrária e urbana sem falar em reforma urbana e reforma agrária.

**Do PCdoB, Faculdade Fundação, Santo André-SP*





O Partido, a juventude e a UJS

Eric Meireles de Andrade *

Em pleno calor das discussões sobre os rumos do Partido, após o 9º Congresso, têm-se uma discussão que deve ser aprofundada entre os comunistas: O Investimento Partidário no Movimento da Juventude.

O valor deste segmento é incontestável e sabemos a importância que o PCdoB dá a ele. Sua presença está desde a propaganda dos 75 anos - aonde relaciona o tempo de existência do Partido com o caráter novo, revolucionário e jovem de sua composição e ideologia -, até a participação hegemônica nas entidades estudantis.

Precisamos, porém, nos fazer três perguntas: Estamos atingindo este movimento de forma satisfatória? Qual é o perfil da juventude brasileira? Como o Partido deve atuar neste movimento?

No último censo nacional, caracterizou-se a diminuição de jovens na pirâmide etária brasileira. Em contrapartida, a juventude continua com sua importância histórica de grande participação em atividades de caráter democrático e progressista, além de uma forte ligação com aspirações sociais e humanistas. Haja vista representar um dos segmentos mais temidos pelo governo FHC, por ser um dos movimentos mais

atuantes quanto à denúncia da implementação do neoliberalismo e da sua participação maciça na marcha nacional pela Reforma Agrária promovida pelo MST em 17.04.97. Trata-se, portanto, de um movimento de grande interesse e potencial para o conjunto partidário.

No entanto, como todo movimento, precisamos estar cientes de que temos que organizar a juventude de acordo com suas próprias características, dentre as quais as mais marcantes são a necessidade de acúmulo de conhecimento científico e as formas bem diferentes - por tratar-se do novo - de buscar seus próprios caminhos e empreender suas lutas.

Ou seja, para determinar a real atuação do movimento juvenil "... devemos, entre outras coisas, estar incondicionalmente a favor da independência orgânica da União Juvenil, não só porque esta independência seja temida pelos oportunistas, senão pela própria essência do assunto. Porque sem a total independência, a juventude não poderá formar de si mesma bons socialistas, nem preparar-se para levar o socialismo adiante ..." ¹

Para colocar em prática esta conclusão, o Partido Comunista do Brasil, há um ano, vem buscando "intensificar o trabalho de construção e relançamento da UJS - União da Juventude Socialista -, com autonomia orgânica, a partir de

uma iniciativa consciente e centralizada das direções do Partido..." ²

Necessitamos organizar uma grande entidade de massas, ampla, além das fronteiras dos jovens comunistas, combativa, socialista e de grande penetração nas lutas e anseios da juventude.

Para que isto se concretize, a UJS precisa ser dirigida política e ideologicamente pelo PCdoB, senão ela perde seu conteúdo transformador. Para nós, comunistas, "... ela é a reserva da qual o Partido retira novos contingentes e um instrumento nas mãos do Partido, que influencia as massas da juventude ..." ³

Por isso é necessário organizar todos os comunistas que atuam nos movimentos de jovens a atuarem na UJS. Colocar em suas direções os principais quadros, acompanhar passo a passo a construção e consolidação da entidade sem ferir sua autonomia orgânica.

Também é fundamental o Partido desenvolver nos seus jovens filiados a importância da disciplina consciente em detrimento do autoritarismo, além de uma formação com maior conteúdo científico, para transmitir a outros companheiros de entidade.

As direções do Partido devem marcar reuniões rotineiras com membros partidários das direções da UJS. Criticar, de forma fraterna, seus equívocos,

informar as questões da vida política e buscar ouvir as considerações da juventude e as experiências que estes jovens viveram.

Por último, deve-se lembrar que a UJS, mesmo com autonomia orgânica, não é uma frente de juventude, mas uma entidade de caráter unitário na sua ação e intervenção perante as carências do movimento da juventude. Por esta razão, temos a tarefa de buscar a todo momento a unidade da entidade, não aceitando concepções fragmentárias, mas também não deixando de criticar os caminhos que não correspondem aos objetivos da entidade.

* Coordenador Geral da UJS PUC-SP, da Direção Estadual da UJS-SP, membro do O.B. da PUC-SP

¹ LÊNIN, V.I.: *A Internacional da Juventude, Sbornik Sotsial-Demokrata*, Nº 2, out/1916

² CARVALHO, J.R.: *Impulsionar o Trabalho Juvenil, Classe Operária*, Nº 14, abril/97

³ STALIN, J.V.: *Sobre as Contradições do Komsomol*, extraído de *Sobre a Juventude Comunista*, 1926.

A crise do Estado moderno

Wenderson Gasparatto (Wend) *

Para compreendermos a crise do Estado moderno, precisamos reconhecê-la enquanto um problema mundial, e não apenas restrito às fronteiras brasileiras.

O colapso dos serviços públicos, como saúde; seguridade social; crescente instabilidade econômica; desemprego; aumento da violência e da criminalidade; entre outros fatores, agravam a decadente situação do Estado.

A tendência mundial de Estado mínimo, que não interfira na economia, vem sendo intensamente aplicada na América Latina graças ao "Consenso de Washington". O modelo vigente no mundo foi de tal maneira mistificado que para alguns se tornou algo "divino". O exemplo de Estado, fruto do desenvolvimento das forças produtivas do mundo, independente da realidade individual de cada nação.

Tomando não só a riqueza, mas também obrigando que a comunidade destes países abduquem de sua singularidade enquanto sociedade, o imperialismo transformou o "Estado moderno" numa arma de dominação, impedindo o exercício democracia nos chamados países periféricos.

Hoje a idéia de exclusão não se aplica apenas as pessoas, ouvimos falar constantemente nos "países inviáveis".

No Brasil, FHC segue à risca as orientações do "Consenso de Washington" e aplica a política neoliberal a todo e qualquer custo. A privatização de setores estratégicos para a nação, como a Vale do Rio Doce, preocupa parte da burguesia nacional, pois o programa de desestatização fere gravemente a soberania nacional.

Na situação em que se encontra o país, o Partido tem a árdua tarefa de re-

sistência à política de Fernando Henrique. No momento esta resistência passa pelo fortalecimento e consolidação de um bloco de oposição a FHC, que não pode ficar restrita ao campo parlamentar. É importante construir essa aliança no conjunto dos movimentos sociais, tendo em vista, inclusive, uma composição única contra Fernando Henrique Cardoso nas próximas eleições.

O PCdoB e as administrações municipais

Passamos atualmente por uma experiência nova: A participação em algumas administrações municipais, o que fornece um importante instrumento de luta contra ao projeto neoliberal. Porém traz também algumas dúvidas: são inegáveis as dificuldades financeiras que a maioria dos municípios enfrenta. Podemos constatar claramente isso nas administrações das quais participamos.

Essa crise se agrava com a política do governo federal de corte de verbas e com a decadência econômica que vive o setor produtivo nacional, sem recursos para investir no município. Algumas administrações, da própria esquerda, acabam por optar pela velha receita capitalista de corte de verbas dos setores sociais e demissões.

Sabemos que não há solução plausível para a crise nos marcos do sistema capitalista, o socialismo coloca-se como única saída progressista para a humanidade, como citam os documentos do Comitê Central ao 9º Congresso do Partido.

Como atuar nas administrações que participamos diante desta crise?

Qual o caminho a seguir e que ações práticas podemos tomar para gerar recursos para investirmos em áreas sociais?

Deixo essas perguntas, certo que o

processo de debates do 9º Congresso trará à tona uma série de soluções para estas e tantas outras dúvidas.

Globalização

Parece existir um sentimento de que a globalização é um processo definitivo e irreversível que chegou ao seu ponto máximo, porém as coisas, creio eu, não são bem assim.

A globalização, uma tentativa norte-americana de domínio mundial da economia, vem acontecendo de forma gradativa e não tão rápida quanto propagandavam seus defensores.

O processo se inicializou forçando-se os países periféricos a abrirem o mercado interno para os produtos estrangeiros, e a criação de mercados regionalizados como o Mercosul e a União Européia.

Hoje estes mercados passam por um processo de fortalecimento e concretização, para se facilitar a criação de um mercado único em todo o globo. Porém este projeto vem sofrendo alguns golpes: O declínio da liderança dos EUA, que vem acirrando a disputa pela hegemonia econômica mundial, a Alemanha timidamente se opõe aos Estados Unidos na União Européia e o Japão vem conquistando a cada ano mais espaço, mesmo que de sua parte tente não causar um enfrentamento direto com os norte-americanos, já que estes têm o hábito de resolver seus problemas econômicos e diplomáticos através da força, e o poderio bélico japonês muito deixa a desejar comparado com o exército do Tio Sam.

No campo político os projetos neoliberais também sofrem golpes, vide as últimas eleições na Inglaterra e no México.

O Brasil tem um papel importante

neste contexto, por suas características continentais. Por exemplo, é um dos poucos países em condições de se opor e barrar o processo de globalização, que não chegou até sua etapa final, afinal não se concretizou, na prática, um mercado único mundial.

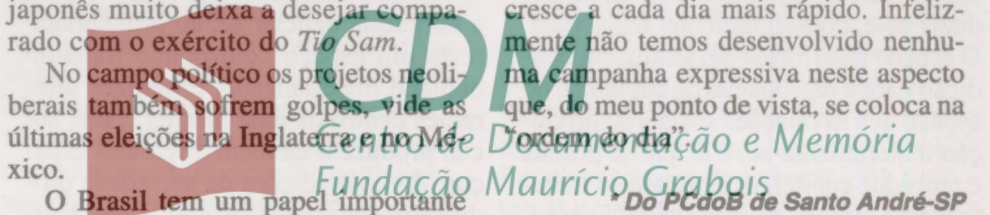
Desemprego: o mal do século

As promessas capitalistas de solucionar os problemas milenares da humanidade mostra-se como uma utopia distante e improvável. O avanço tecnológico e o aumento da produção não democratiza a riqueza e, ao contrário das promessas, não alcança grande parte da população mundial. Só vem contribuindo para o crescimento da miséria no planeta.

O avanço tecnológico, que vem acontecendo numa velocidade cada vez maior, tem causado grande prejuízo à classe operária. Graças a este "avanço", se extinguem diariamente milhares de postos de trabalho, condenando à miséria um incalculável número de pessoas, fator que é determinante para explicar o aumento de criminalidade e da violência.

O desemprego, epidemia enfrentada por todo o mundo, não encontra solução definitiva, principalmente nos moldes do capitalismo.

O combate a esta doença deve ser intenso. Cabe a nós, comunistas, intensificarmos a luta em defesa do emprego através da redução da jornada de trabalho, medida que é paliativa, pois com a velocidade da tecnologia o desemprego cresce a cada dia mais rápido. Infelizmente não temos desenvolvido nenhuma campanha expressiva neste aspecto que, do meu ponto de vista, se coloca na ordem do dia.





Privatizações mudam o quadro político

Namy Chequer*

O Partido realiza seu 9º Congresso para manter a sintonia entre as múltiplas questões de alcance tático e os objetivos estratégicos que vão dar substância à transição do capitalismo para o socialismo - resultado principal da 8ª Conferência. Entendo, assim, que a necessidade da realização do Congresso foi ditada pela contínua alteração da conjuntura que o neoliberalismo vem promovendo no Brasil. As classes dominantes são as mesmas: o imperialismo, os grupos monopolistas nacionais e o latifúndio. Mas não são as mesmas as formas com as quais a burguesia se apresenta e isso tem de ir sendo considerado pela nossa orientação tática.

Somos uma organização revolucionária e esta personalidade, reafirmada após os revezes na antiga URSS e no Leste Europeu, atrai sobre nós o peso dos ataques ideológicos das elites. Mas a certeza de que o povo brasileiro só construirá o socialismo um dia se o PCdoB, ancorado no marxismo-leninismo, se desenvolver, é o ponto de partida. Daí segue nossa inserção no movimento real, para nos ligarmos mais profundamente ao povo e de obter: a confiança, com o acerto da nossa tática; e a direção, com nossa experiência, firmeza e clareza na luta de classes.

Propósitos desta magnitude elevam

o Partido a qualificação de força política insubstituível. Com efeito, é fundamental que dispense a maior atenção possível ao que acontece ao nosso redor. Temos que acompanhar cuidadosamente como as classes dominantes vão se revestindo e se remoldurando nesta fase nova da implantação do neoliberalismo. O panorama no campo dos poderosos já não é o mesmo de dois ou três anos atrás.

No Espírito Santo, por exemplo, as privatizações vão produzindo um quadro que não conhecíamos. As maiores empresas que tínhamos - e que alavancaram o processo de industrialização por aqui - eram estatais. E pela natureza própria, guardavam relativa neutralidade nos processos da luta de classes no Estado. Hoje a CVRD, a CST, a Aracruz, a Excelsa e outras são empresas privadas, possuem donos que não vão ficar indiferentes às contendas políticas e sociais. Temos atualmente megapatrões, com bilhões de dólares aqui instalados. Creio que esta situação vai se reproduzindo pelo Brasil afora, exigindo dos comunistas a justa compreensão para não atirmos nos alvos errados. Nossa responsabilidade está em reconhecer a posição acanhada a que fomos submetidos, para melhor organizar a resistência na perspectiva de reversão.

De imediato, podemos extrair seis elementos para análise:

1) Os grupos beneficiados com a privatização serão agentes ativos nas disputas eleitorais e na luta social mais geral nos Estados, interferindo na composição das assembleias legislativas, prefeituras importantes e, principalmente, nos governos dos Estados - sem falar no Congresso Nacional.

2) Pode ser até que hajam contradições entre eles, mas a realidade está mostrando que tendem a se associar. Nos leilões de privatização é comum se consorciarem. Depois, montam projetos conjuntos, interdependentes. No Espírito Santo, a CVRD tem um pedaço da CST e da Aracruz e dos demais. No neoliberalismo eles estão ideologicamente unificados, fenômeno recente materializado na (re) eleição de FHC.

3) As unidades federativas estão inferiorizadas diante deles, pois seus orçamentos superam em muito os de governos como o capixaba. Mais do que nunca, governo estadual não significa poder estadual. O povo fica, assim, em mais desvantagem, já que nem conquistando, eventualmente, um governo estadual, as forças populares reunirão estrutura capaz de contrapor ao poder paralelo das mega-empresas.

4) Temos que saber identificar setores que ficaram de fora no rearranjo da burguesia, atraí-los como reservas indiretas. Ao mesmo tempo, saber reconhecer os sócios menores, os prepostos, os

fornecedores favorecidos e a representação política local dos novos magnatas, que não possuem nem endereço certo, nem pátria. Certamente, vamos encontrar políticos e partidos com os quais travávamos relações políticas num outro momento. Paciência, política é assim mesmo.

5) A politização do movimento sindical virou questão de vida ou morte, porque se antes a luta reivindicatória tinha que considerar a limitação de um "padrão" estatal, agora o enfrentamento adquire a crueza do capital versus trabalho, numa conjuntura adversa de desemprego.

6) Embora o neoliberalismo esteja introduzindo dificuldades novas na luta do povo, talvez haja pelo menos um aspecto positivo muito importante: os campos estão mais apartados, permitindo que o novo divise melhor seus inimigos. O aumento quantitativo da exclusão acaba também expondo bem mais a burguesia como minoria privilegiada. A partir da contradição que vai se acirrando é que podemos trabalhar, forjando a união do novo e erguendo a alternativa que sabemos qual é, mas que não se concretizará se os trabalhadores não fizerem dela a única via para se livrar da exploração

**Presidente do PCdoB-ES*

Situação nacional: sobre as origens do subdesenvolvimento brasileiro

Wagner Rocha A. Chaves*

O atraso da organização econômica brasileira com relação às nações industrializadas do chamado 1º mundo aqui é abordado como originário da condição colonial do Brasil até 1822 e a posterior subordinação econômica e política diante do imperialismo inglês/europeu e à ascensão dos Estados Unidos, como deixa entender a tese inicial do Partido, ressentindo dessa introdução que procura abordar.

A partir de 1850, processou-se no mundo da Europa Ocidental uma forte reorganização da base econômica dos Estados inglês, holandês, francês, alemão e italiano; estes dois últimos em fase de organização política; tratava-se do surto das revoluções industriais, a primeira já processada na Inglaterra ao final do século XVIII: foram caracterizadas pelas descobertas nas ciências físicas e químicas, aplicadas à mecânica na produção industrial têxtil, à máquina a vapor, aos transportes ferroviários, à energia elétrica e às comunicações.

A observação brasileira desta fase será caracterizada por Caio Prado Jr., assinalando que entre a primitiva indústria artesanal da colônia e a moderna maquinofatura, interpõe-se na evolução do Brasil um grande hiato. A primitiva indústria decaiu e prati-

camente se anulou antes que a moderna maquinofatura surgisse.¹

Podemos dizer que a motivação concreta do atraso industrial brasileiro tem neste hiato seu início, se considerarmos primeiramente a ausência completa da tradição de acumulação de capital no mercado interno que se delineava. Durante o período colonial esta acumulação era concentrada em Portugal. A Abertura dos Portos marca uma fase de início da desorganização manufatureira nascente. Em 1808, a concorrência estrangeira, principalmente dos produtos ingleses, aniquila a rudimentar indústria. A precária organização econômica era agravada pela débil infraestrutura e ausência da exploração energética.

No entanto, fatores econômicos importantes exigiam a implantação da indústria no país. Em primeiro lugar, a dificuldade que o país enfrentava para saldar o "déficit" no balanço de pagamentos, com a elevada conta de importação. As exportações não acompanhavam o ritmo de crescimento da população e de suas necessidades. Com isso, favoravelmente, o governo federal elevou as tarifas alfandegárias, progressivamente, a partir de 1844.

A industrialização brasileira será incentivada pela produção local de uma importante matéria-prima: o algodão. E efetivamente a maquinofatura

se iniciará no Brasil com a indústria têxtil, que até muito recentemente representaria sua parte substancial. Outra circunstância favorável e fundamental será a disponibilidade de mão-de-obra e seu baixo preço.

O primeiro Censo Geral das indústrias brasileiras é promovido em 1907. Seriam encontrados 3.258 estabelecimentos industriais, empregando 150.841 operários, tendo como base os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Este número seriam ampliados levando-se em conta as usinas e indústrias têxteis nordestinas.

A guerra imperialista de 1914-18 e a crise econômica geral por ela gerada, além da crise mundial de circulação de mercadorias, forçaram a produção interna de uma pauta essencial de produtos até então importados, bloqueados, devido à guerra, no interior dos países de industrialização retardatária. O resultado deste processo é identificado pelo Censo Industrial de 1920: os estabelecimentos arrolados somaram 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários na indústria do país. Processo parecido se dá quando da quebra econômica no centro do capitalismo, com a Grande Depressão que se arrastou de 1929 a 1933.

Sobre os desdobramentos deste processo, há a opinião - com a qual con-

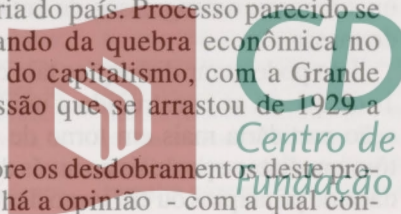
cordo - de que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição econômica, de uma base primário-exportadora à industrialização, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estendeu até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação em que se produzem, conjuntamente, a força de trabalho e a parte crescente do capital industrial constante, mas a industrialização se encontra limitada e bloqueada, porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo essencial da indústria de bens de produção, o primeiro departamento da reprodução ampliada de capital na equação de Marx, o qual permitiria à capacidade produtiva se desenvolver quantitativamente maior que a demanda, promovendo desta forma uma industrialização endógena auto-sustentada, rompendo assim o subdesenvolvimento, processo este inviável sem a quebra do domínio das nações imperialistas sobre o país.

** Do Distrital*

Centro do PCdoB São Paulo - SP

Centro de Documentação e Memória

PRADO JR., C. Formação Econômica do Brasil, 1969, p. 254





O racismo e a infra-estrutura social

Salaciel Fabrício Vilela*

O 9º Congresso do PCdoB aconteceu num momento de grande luta política entre os povos.

O PCdoB, partido da classe operária, abriga em seu seio todos os segmentos do proletariado e se organiza em função do povo.

Sua organização política se dá em todos os níveis da sociedade e portanto como parte dela nos atrevemos a discutir, mesmo que um tanto desorganizados e sem direção, uma questão que nos é muito cara: **O RACISMO CONTEMPORÂNEO.**

Só que chegamos à conclusão que as dificuldades apresentadas, mesmo por incompreensão de muitos camaradas, tem trazido muitas dificuldades para que possamos melhorar esta situação.

Entendendo o princípio ao Centralismo Democrático e também que esta questão **NÃO PODE MAIS SE DAR À BOA VONTADE** e compreensão das direções intermediárias, **CONCLAMOS TODO O PARTIDO E PRINCIPALMENTE A DIREÇÃO NACIONAL** para que neste 9º Congresso possamos definir a política que o PCdoB traçará para este segmento significativo que abriga o seio do Partido e fora dele, enquanto cidadão.

Entendemos também que sem esta definição política é impossível travar esta batalha através do espontaneísmo (prática não recomendável) pois o que está em questão é também a história do

PCdoB na luta em defesa dos povos.

As aproximações mecanicistas sobre o racismo e a infra-estrutura social têm levado a incompreensões da dinâmica das relações raciais e a praxes política da esquerda neste campo. Construído historicamente, o racismo, embora originário de uma necessidade material, transcende esta origem e se constitui numa ideologia e num perfil de exercício de poder que legitima as injustiças sociais da contemporaneidade.

Uma discussão freqüente no movimento social é quanto à presença do elemento racial nos processos de exclusão. Nos tempos atuais, de avalanche neoliberal, fica nítido o processo de extermínio praticado pelas classes dominantes tendo em vista a impossibilidade do projeto capitalista incorporar ao estatuto da cidadania as populações marginalizadas. Vários documentos de instituições estratégicas, com a CIA, a OTAN e até mesmo a brasileira Escola Superior de Guerra apontam mecanismos de extermínio como necessários para consolidar a atual estrutura de poder.

Esta política de extermínio é a radicalização da "seleção natural" apregoada pelos teóricos liberais, entre eles Keynes, que em 1926 dizia que:

"os economistas têm pressuposto um estado de coisas na qual a distribuição ideal de recursos produtivos pode ser conseguida através de indivíduos que agem de maneira independente, pelo método da tentativa e erro, de tal maneira que os indivíduos que se movimen-

tam na direção correta destruirão pela competição aqueles que se movimentam na direção errada. Isso implica que não deve haver clemência ou proteção para os que investem seu capital ou trabalho na direção errada. Desenvolve-se uma luta cruel pela sobrevivência que seleciona os mais eficientes através da falência dos menos eficientes. Não se leva em conta os custos da luta, mas apenas os lucros do resultado final que supõem serem permanentes.

Como o objetivo é colher as folhas dos galhos mais altos, a maneira mais provável de alcançá-los é deixar que as girafas, com os pescoços mais longos, façam morrer à mingua as de pescoços mais curtos".

Os últimos dados sobre violência e miséria no Brasil comprovam este extermínio das populações excluídas do sistema. O neoliberalismo, no seu processo de consolidação, acirra os mecanismos de violência social e aponta para a necessidade de redução do contingente populacional, especialmente nos países do chamado Terceiro Mundo, onde se concentram as populações não brancas.

Entretanto, o debate se acirra quando se coloca o elemento racial. Seria a questão racial mera ocasionalidade neste processo de extermínio? Ou em outras palavras, o extermínio é dirigido às populações pobres indistintamente da etnia, sendo que, em virtude de ocupar a base da pirâmide social, os negros conseqüentemente seriam os mais atingidos? Disto se depreende a exclusão é social e

não racial.

Em contrapartida a tal posição, considera-se que a exclusão e todos os mecanismos de violência social, tem na raça o elemento chave, sendo a questão social, de classe, sua subordinada.

Tal polarização é ainda acirrada entre as correntes revolucionárias, tendo em vista que o pensamento marxista não elaborou conceitualmente a muitas correntes de esquerda a pensarem a questão racial como mera manifestação da luta de classes do capitalismo às relações de classe. As lacunas deixadas por tal concepção levaram a um outro extremo, tão mecanicista quanto o outro, de subordinar todas as relações sociais às relações de raça. Pretendemos, neste artigo, não dar um ponto final neste debate, mas levantar algumas considerações e diretrizes para avançar na discussão e uma concepção e uma concepção que supere a lógica destes mecanicismos, totalmente opostos à teoria marxista, embora utilize de palavreados da mesma.

Além disto ambas concepções não conseguem explicar fenômenos como a discriminação praticada contra negros que não pertencem à classe operária (como foi o caso com a filha do governador Albuíno Azeredo, do Espírito Santo) nem tampouco a participação de negros (de origem proletária, inclusive) nos processos de repressão às populações periféricas.

*Do O. B. dos Metroviários - SP

Dois problemas ideológicos

Dilermando Toni*

Nos debates e documentos preparatórios ao 9º Congresso, no que se refere à avaliação da construção partidária faz-se a constatação de que há um descompasso entre o nível atingido nas frentes ideológica e orgânica em relação aos avanços conseguidos no terreno político (Programa Socialista e orientações táticas). Fala-se de manifestações de liberalismo: arrefecimento da militância, tendência ao relaxamento, à conciliação, à rotina, demissionismo, acomodação, descompromisso etc. Há uma preocupação crescente no sentido de tentar superar estes problemas.

Penso que os **problemas ideológicos** que o Partido enfrenta relacionam-se com a ofensiva neoliberal desencadeada pelo imperialismo em escala internacional, que tem no aspecto ideológico um de seus componentes principais. O aprofundamento da discussão dos nossos problemas não pode, portanto, se dar à margem do que se passa na sociedade, o que, de uma ou outra forma, acaba por se refletir dentro do Partido. Me chamam a atenção especialmente dois aspectos do discurso neoliberal.

O primeiro é de que chegamos ao fim do século **sem alternativa** ao capitalismo. O capitalismo vitorioso, dizem, teria provado sua superioridade econômica e política ao socialismo derrotado; daí a **inevitabilidade da globalização**, a via única para o desenvolvimento, o pensamento único, a não possibilidade de alteração de rumos. E assim as coisas se invertem: quem defende o *status quo* é reformista, moderno e progressista; quem se opõe ao neoliberalismo é atra-

sado, dinossauro. Nesse pólo se situa, segundo o discurso oficial, o Partido Comunista, seus dirigentes burocratas, seus militantes tarefeiros ...

A meu ver, o que se pretende com isso é criar uma espécie de **sociedade de boçais**, de pessoas que não pensam, não estudam, não têm espírito crítico. Isso para tentar impedir a construção de uma consciência questionadora das iniquidades capitalistas, progressista e reformista no sentido que busca atingir uma estrutura social e econômica mais avançada, que valorize o homem e o trabalho humano.

Isto nos remete ao problema do saber, ao desafio da elaboração teórica, ao desenvolvimento do pensamento social avançado. O PCdoB tem procurado dar respostas a estes desafios com a elaboração dos **pilares** do que seria nossa concepção de socialismo (Programa) e de uma plataforma alternativa ao neoliberalismo no Brasil. Todo o nosso esforço pode ser resumido na expressão **nós temos algo** a propor.

Mas não se pode negar que, ao lado destas iniciativas positivas - ainda muito pouco difundidas entre os trabalhadores -, há no Partido certo desprezo pelo aprofundamento teórico, pelo estudo; uma dificuldade de elaborar criadoramente. Nossas energias são consumidas quase que totalmente nas discussões de conjuntura, eleições para o parlamento ou sindicais, e congressos de entidades de massa.

Isto pode gerar distorções tais como: 1- de que vá se construindo a unidade e ação partidária mais em torno de questões imediatas e pontuais ao invés da unidade de princípios ou em torno das ques-

tões de fundo; 2- de que o pensamento avançado não se forma dentro de Partido e sim, exclusivamente na academia.

Numa situação em que avaliamos a existência de uma crise do marxismo, **a subestimação da teoria é a forma que toma a subestimação do Partido**, na medida em que só através dele se pode dar ao movimento social caráter transformador revolucionário.

A superação deste problema - difícil e de prazo dilatado - passa pelo aumento de nossa capacidade de conjugar, por exemplo, uma campanha pelo "Fora Collor" ou a oposição a FHC com uma crítica mais aprofundada do imperialismo, da "globalização" e da estratégia neoliberal. Ou ainda por uma compreensão de maior alcance da experiência socialista passada e atual. Só a partir daí pode se fortalecer a convicção comunista.

O segundo aspecto do discurso ideológico neoliberal, que de certa forma complementa o anterior, é aquele que visa provocar a **indiferença**, a apatia diante da política, a desilusão. V. Forrester abordou este problema no seu *Horror Econômico*, dizendo, com razão, que a indiferença é o maior partido que a classe dominante pode ter a seu favor, pois vale mais que qualquer adesão parcial, por maior que ela seja.

E como se consegue a indiferença? Divulgando à exaustão a idéia de que os que têm participação na vida pública, os partidos políticos, seus membros e parlamentares, **todos são iguais**. O traço de igualdade, segundo se diz, se manifesta no descompromisso, no aproveitamento dos bens públicos para benefício próprio, na mordomia, na ineficiência, na preguiça, no estilo de vida nababesco, nos al-

tos salários. E como se tudo isto não bastasse, na corrupção.

E a orquestração massiva prossegue: se tudo isto está em profundo contraste com a situação por que passa o povo, estas pessoas que enganam o povo não merecem **credibilidade**. Por aí se justifica o fim do voto obrigatório, ou a escolha dos funcionários públicos como os vilões da cena brasileira.

A "maldade" da idéia está em que os que dominam se apropriam das denúncias feitas pelos comunistas e outros partidos de esquerda para fazer um falso ataque à maioria conservadora que, ao final, sai preservada.

Trata-se portanto de criar uma **sociedade de indiferentes**, para embolar o inconformismo com o *status quo*, o interesse pelos destinos da humanidade, das nações, das classes - e o interesse pela participação na política que daí brota -, a valorização da chamada coisa pública, a solidariedade e a dignidade no relacionamento humano etc. A ideologia neoliberal quer acabar com valores, comportamentos ou preocupações que indiquem esse rumo alternativo. Não há o que fazer senão a **adaptação** a ela. Do sucesso desta empreitada depende o prolongamento da vida do capitalismo.

Também aqui as coisas têm mão dupla. O PCdoB tem toda uma tradição de rebeldia, de partido que não se verga diante das dificuldades por maiores que sejam. Mas ao lado disto, este aspecto da ofensiva ideológica neoliberal nos afeta e explica alguns fenômenos negativos que observamos no Partido

*Da Comissão Nacional de Organização



PCdoB no ar

Dida Egen*

Este século é, sem dúvida, o século marcado pela imagem e pelo som. Os meios de comunicação difundidos eletronicamente se expandiram de tal forma que seu controle passou a ser uma disputa de poderes tanto político, quanto econômico, surgindo daí os monopólios da comunicação.

A *Constituição Federal* garante “a livre expressão de atividade intelectual, artística e científica e de comunicação, independente de censura ou licença” (art. 5º, inciso IX), o que se torna impossível quando os meios de comunicação permanecem monopolizados por um número restrito de grupos, privilegiando uma minoria, que divulga apenas seus interesses.

Para garantir uma participação maior e um controle da sociedade civil na comunicação, precisamos criar instrumentos para se concretizar os princípios da *Constituição*. Já que é impossível democratizar o país sem democratizar a comunicação, toda a sociedade e seus

diversos segmentos, incluindo aí partidos políticos progressistas, como o PCdoB, devem abraçar essa luta.

Tentando suprir a falta de um meio democrático de informação, proliferaram no país sistemas alternativos como as Rádios e TVs Livres e Comunitárias, democráticas e ecumênicas, para servir de instrumento auxiliar em todo tipo de manifestação cultural e política, estimulando as produções regionais.

Uma pesquisa constatou a falta de hábito da leitura por parte dos brasileiros, sendo que o rádio é tido como o meio de comunicação mais confiável e mais utilizado pela população. E, ainda, em alguns locais, é o único meio existente, como é o caso de algumas cidades no meio da Floresta Amazônica.

A importância da comunicação no dia a dia é incontestável. Porém, no PCdoB, ainda é uma questão pouco aprofundada. Discussões sobre qual o papel da Agitação e Propaganda são fundamentais para a continuidade da divulgação de todo nosso projeto socialista.

Apesar disso, o PCdoB, nesse ano de

1997, bem ou mal, apareceu na imprensa muitas vezes. Durante o processo de privatização da Vale do Rio Doce, a face do Partido foi capa de jornais de grande circulação nacional, aparecendo, também, em grandes emissoras de televisão. O mesmo aconteceu com o escândalo da arbitragem da CBF, onde nossos parlamentares se destacaram tendo grande repercussão na mídia. E, por último, durante o Congresso da UNE a cobertura jornalística foi muito boa e o nome do PCdoB foi o alvo predileto das reportagens.

Também é importante reconhecer o avanço que se deu em relação à tecnologia: a página na Internet é um meio eficiente para que estudantes, jornalistas, intelectuais, políticos e uma infinidade de entidades tenham acesso às atividades do partido. Além da revista **Princípios** e da **Classe Operária** e dos boletins estaduais que circulam entre nossos militantes.

Mas esses meios de comunicação são pouco eficientes, pois só alcançam a parte interna do Partido. O máximo de con-

tato que a grande maioria da população tem são panfletos, faixas em manifestações ou, ainda nos programas de rádio e TV nos horários gratuitos do TSE; que também são pouco atraentes.

O PCdoB, assim como outros partidos de esquerda já fazem, deveria se atentar para a questão da radiodifusão comunitária. Temos que conquistar nosso espaço também, ao invés de aguardar por uma doação por parte de companheiros de outros segmentos. Além de ter um custo mais baixo que os impressos, tem um retorno mais rápido.

A reforma agrária do ar deve ser feita do mesmo jeito que a da terra. Numa ocupação de terras os lavradores não plantam individualmente, cada um no seu espaço. Todos estão juntos dividindo tarefas. A democratização dos meios de comunicação se faz com propostas e atuação conjunta (extraído do livro *Reforma agrária do ar*). E o PCdoB não pode ficar fora do ar.

* Do O. B. de Comunicação do Distrital Centro -SP

Em defesa da verdade: a guerra na comunicação

Carlos Pompe*

“O difícil é a vida e seu ofício”

Maiakovski

Nos últimos anos, nosso Partido tem chamado a atenção com especial ênfase para a necessidade do combate ideológico. Para o enfrentamento, no nível das idéias, à campanha anticomunista que ganhou ares de verdade universal após os episódios que evidenciaram uma derrota do socialismo, e ficaram conhecidos como a Queda do Muro de Berlim. Trata-se de uma frente de luta com características muito especiais, que envolvem o estudo da realidade, o domínio da teoria marxista, conhecimento amplo e capacidade de argumentação, de “passar o recado”, num ambiente especialmente hostil: os meios de comunicação absolutamente dominados pelo capital, que exercem verdadeiro monopólio do setor.

São conhecidas as posturas indefensáveis do ministro da Comunicação de Hitler, Goebbels, na utilização dos meios de comunicação, à época da ascensão do nazismo. Em especial a afirmação que lhe é atribuída de que a mentira, repetida mil vezes, torna-se verdade. Trata-se de um ensinamento, no campo da propaganda, bastante assimilado pelas classes dominantes. O cientista norte-americano Carl Sagan conta que o ex-presidente dos EUA, Ronald Reagan, “que passou a Segunda Guerra Mundial em Hollywood, descrevia com detalhes como libertara vítimas dos campos de concentração nazista. Vivendo no mundo do cinema, ele aparentemente confundia um filme que tinha visto com uma realidade que não conhecia. Em muitas ocasiões, nas suas campanhas presidenciais, o sr. Reagan contou uma história épica de coragem e sacrifício da Segunda Guerra Mundial, uma inspiração para todos nós. Só que ela nunca aconteceu; era o enredo do filme *A wing and a prayer* (*Uma asa e uma prece*) - que também muito me impressionou, quando o vi com nove anos. Mui-

tos outros exemplos desse tipo podem ser encontrados nas declarações públicas de Reagan. Não é difícil imaginar os sérios perigos públicos que nascem de ocasiões em que os líderes religiosos, científicos, militares ou políticos são incapazes de distinguir os fatos da ficção vivida”.

Em nosso país, a utilização dos meios de comunicação para distorcer fatos, omitir ou simplesmente mentir sobre acontecimentos, faz parte do modo de ser das elites, em especial das elites governamentais. Mesmo quando não lança mão da censura aberta de informações, como na época da ditadura militar, as classes dominantes valem-se também de pressões econômicas para impedir ou cercar a divulgação de fatos que não lhe interessem. E, sob regime ditatorial ou não, a manipulação de dados e a divulgação de inverdades é uma prática cristalizada dos sucessivos governos de nosso país. Para ficar em um exemplo recente, do atual governo, é só verificar o quanto os meios de comunicação divulgam as maravilhas do Plano Real, a “explosão de consumo”, os “ganhos reais” alcançados pelos setores de renda mais baixa, e contrapor a essa propaganda o singelo fato apontado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade): de janeiro a maio deste ano, o rendimento máximo dos 10% mais pobres da população ocupada caiu 14,8%, e o desemprego, na Grande São Paulo, atingia, em maio, 16% da população. No dia seguinte, o presidente do Senado e ex-ministro da Comunicação (não Goebbels, mas o brasileiro Antônio Carlos Magalhães), afirmou às tevês, rádios e jornais: “O céu está de brigadeiro, e o mar, de almirante”.

Atualmente, a defesa da globalização e do neoliberalismo pelos articulistas e demais ideólogos capitalistas é apresentada como conhecimento supremo e final da experiência humana. Os erros cometidos na construção do socialismo

são repetidos à exaustão e ridicularizados ao máximo. As mazelas capitalistas são minimizadas ou simplesmente escondidas, numa versão mundial e escandalosa da fala de um ex-ministro brasileiro (“Não tenho escrúpulos: o que é bom eu divulgo; o que é ruim eu escondo”).

Ao mesmo tempo, pseudo cientistas ganham notoriedade dizendo asneiras que, em outras épocas, não seriam sequer levadas em conta. Susan George, no artigo “A fabricação de uma ideologia”, publicado no *Le Monde Diplomatique*, conta que, em 1988, Alain Bloom, diretor do Centro OLIN (uma fundação norte-americana, ligada à área de produtos químicos) pelo Estudo da Teoria e da Prática da Democracia da Universidade de Chicago, convidou um funcionário do departamento de Estado dos EUA para uma conferência. O conferencista cantou loas à vitória do capitalismo sobre o socialismo na Guerra Fria, e exaltou do predomínio finalmente alcançado dos valores neoliberais. Em seguida, a conferência foi transformada num artigo para a revista *The National Interest*, financiada pela OLIN, cujo diretor, Irving Kristol, recebe verbas da Foundation OLIN. Além do artigo do conferencista, a revista ainda publicou, na mesma edição, comentários elogiosos ao artigo assinados por Bloom e Kristol, e também por Samuel Huntington, diretor do Instituto OLIN de Estudos Estratégicos em Harvard. Pois bem. O “debate” entre quatro funcionários da OLIN, tendo por base uma conferência patrocinada pela OLIN, numa revista financiada pela OLIN, ganha espaço nas páginas do *New York Times*, *Washington Post* e *Time*, e o conferencista ganha notoriedade - e dinheiro - anunciando nada menos que “o fim da história”! E o conferencista, Francis Fukuyama, passou a ser um articulista publicado mundialmente e a ser tratado como autoridade em análises de conjuntura.

Na opinião de Susan George, a ideologia neoliberal, que era pouco levada a sério nos anos 40, tornou-se hegemônica “ao preço de um esforço sistemático para mobilizar fundos e ocupar as universidades e os meios de comunicação. Um triunfo que muito deve à inércia de seus opositores. Por falta de ter-se presente que as idéias geram conseqüências, acaba-se por sofrê-las”.

Os esforços no sentido de defender e divulgar o socialismo, nos dias de hoje, envolvem uma multiplicidade de tarefas, criatividade e empenho, e estão absolutamente ligados à execução de uma política ampla de alianças com todos os setores anticapitalistas, mesmo aqueles que não advoguem ou até mesmo critiquem o marxismo. Somente assim conseguiremos garantir publicações e utilização de meios variados de comunicação para expor opiniões discordantes das neoliberais e para a defesa de um novo tipo de sociedade.

Muitos dos erros cometidos na construção do socialismo e na própria luta revolucionária pré-Queda do Muro de Berlim deveram-se, sem dúvida, à inexperiência, ao voluntarismo - mesmo que carregado de humanismo idealista. Mas muitos desses erros ocorreram, também, por falta de rigor científico na avaliação da realidade circundante. E esse rigor está mesmo na âmbito do marxismo. Aqui está também um importante desafio do momento atual: compreender em na sua essência as forças políticas e econômicas em ação na atualidade, seus objetivos, e traçar um plano de ação visando a construção do socialismo. É este o desafio que os comunistas estão enfrentando neste Congresso do PCdoB, e este tem sido o sentido do *Projeto de Resolução* e das opiniões publicadas nesta *Tribuna de Debates*. Passado este momento, deveremos voltarmos-nos, com empenho, na busca de formas criativas e criadoras de divulgar as orientações do Partido, e enfrentar a grande batalha eleitoral que se desenvolveu no próximo ano.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Comissão Nacional de Agitação e Propaganda

Dez Anos de *Presença da Mulher*

Ana Maria Rocha*

A *Presença da Mulher* surgiu no momento em que as mulheres brasileiras se mobilizavam para conquistar seus direitos na Constituição. Surgiu com a preocupação de refletir os dilemas e conflitos dessa nova mulher. Mulher que trabalha, faz política, luta por seus direitos.

As capas da revista refletiram basicamente três aspectos: a mulher em luta (com as operárias da De Millus), os conflitos da nova mulher (para enfrentar maternidade x trabalho), ou então da realidade mulher (as meninas de rua, a adolescente grávida).

O nosso público-alvo seria de ativistas do movimento de mulheres, lideranças comunitárias, de trabalhadoras, sindicalistas e da intelectualidade. A revista não visava chegar diretamente ao conjunto das mulheres, mas a lideranças que as utilizam como instrumento de trabalho. Isso se reflete na linguagem e no tipo de problemas abordados.

O centro do nosso conteúdo é a mulher como agente de transformação da sociedade. Além de informar a mulher, visa contribuir para elevar seu entendimento da conjuntura política, dos seus direitos e levá-la a agir em função de uma compreensão não alienante. Não deixando de lado o aspecto emocional, os conflitos, afetos, mas de uma forma mais abrangente que não apenas a estratégia de conquista do homem. Outro objetivo é retratar a luta

pela cidadania da mulher, seu direito ao trabalho, direitos políticos, em meio à denúncia e combate a toda discriminação, impulsionando-a a lutar por sua total emancipação.

A revista se firmou como referencial no movimento de mulheres, penetrando nas universidades e entre o professorado como instrumento de debate, de trabalho e de aprofundamento. Grande quantidade de trabalhos de pós-graduação chegaram à redação, além de artigos de professores universitários especialmente escritos para a revista. A revista também teve artigos reproduzidos em publicações de outros países. Um marco na evolução do seu conteúdo foi a inclusão de uma encarte teórico a partir do nº 16. Passados 10 anos, a revista evoluiu, enfrentou dificuldades próprias de um projeto alternativo sem recursos. Agora, tenta retomar sua periodicidade para recobrar seu espaço no debate sobre a questão da mulher.

Retomada em novo nível

A mulher avançou sua presença na sociedade, mas a opressão continua, mais sofisticada às vezes, brutal outras. O refluxo da força de trabalho produtiva recai sobre a mulher e a degradação da sociedade impõem o aumento de sua responsabilidade na família. O desemprego é cada vez maior entre as mulheres. O trabalho em tempo parcial tornou-se uma forma de subemprego o discriminató-



Desde a primeira edição...

rio. A segregação ainda é um traço dominante na estrutura do emprego feminino, concentrado em alguns setores de atividade e num pequeno número de profissões. O pouco acesso a cargos de chefia ainda é uma realidade. A segregação protegeu um grande número de mulheres da crise do emprego, em troca da precariedade e da desqualificação.

A revista chega aos anos 90 com o movimento de mulheres espalhado, mas em outra dimensão. Congressos e Conferências, como a de Beijing, encontros nacionais e temáticos se multiplicam no Brasil e no mundo. As reivindicações feitas nos anos 80, em grandes mobilizações, e que foram absorvidas em políticas oficiais e legais, exigiu das mulheres um passo adiante para a concretização dessas políticas. E aí é que vem a contra-onda em cima das mulheres.

Hoje, as elites dominantes

atuam no sentido do desmonte dessas conquistas, de esvaziamento do conteúdo político das reivindicações das mulheres. Em certo sentido é um movimento de recolhimento ao espaço privado. E por que isso ocorre?

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997 das Nações Unidas, editado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, afirma que em nenhum lugar do mundo as mulheres têm condições de vida iguais às dos homens. E que quanto mais pobre o país, maior o grau de exclusão feminina, e, somando-se a cultura muçulmana, a exclusão da mulher é quase total. O Brasil é 60º país em desenvolvimento por gênero - IDG (esperança de vida, alfabetização, matrícula em escola e renda entre homens e mulheres), e o 58º no ranking de IPG - Índice de Poder por Gênero (grau de participação das mulheres na força de trabalho, nos cargos de chefia, na política e em profissões técnicas). Ainda segundo o PNUD, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho é lento. As brasileiras detêm 35% das vagas, mas só 29% da renda. Nos países em desenvolvimento, o salário feminino é ¾ do masculino.

O movimento reivindicatório refluíu tendo como pano de fundo as dificuldades do capitalismo em crise, a ofensiva neoliberal reacionária, que investe na exclusão, nas restrições democráticas, no desemprego,



...assuntos polêmicos

no corte de gastos sociais. É essa investida que tem levado a um retrocesso também nas conquistas das mulheres no plano institucional, político e social. Hoje, o capitalismo está reduzindo os postos de trabalho, acabando com os benefícios à saúde, maternidade, previdência, rede de creches. As condições mínimas para a mulher sair do lar estão sendo retiradas. É por isso que vem uma ofensiva ideológica de despolitização do movimento de mulheres, de estímulo às ONGS de caráter assistencialista para substituir o papel do Estado, de estímulo à maternidade e da volta da mulher ao lar. Os encargos da maternidade pesam cada vez mais sobre as mulheres com os cortes nos gastos do Estado em assistência social. O espaço de ampliação e concretização de conquistas está sendo achatado.

Fenômenos como o abandono de bebês nas grandes cidades não pode ser visto apenas sob a ótica da culpabilidade de "mães desnaturadas". Desnaturada é a sociedade e o governo que colocam para as mulheres escolhas impossíveis: entre sobreviver e ser mãe, entre trabalho e maternidade. A maternidade tem a ver com futuro da humanidade e vai muito além da responsabilidade individual.

Hoje, o papel da *Presença da Mulher* seria mais uma vez de ir além da aparente apatia reivindicatória das mulheres e analisar as alterações ocorridas no mundo. É preciso desvendar para a sociedade que o que está em curso sob nova roupagem é a velha cantilena reacionária de que lugar de mulher é no lar e não na vida social e política. É preciso mostrar que a opressão tomou novos contornos, mas continua existindo. Que o movimento de mulheres deve ter mais visibilidade política para alavancar as mudanças necessárias. A *Presença da Mulher* está chamada a entrar no embate ideológico com o neoliberalismo e apontar caminhos políticos e canais de resistência para uma situação de opressão que continua, apesar dos espaços já conquistados pelas mulheres.

A polêmica lei eleitoral

Messias de Souza*

O governo federal, através de seus líderes - principalmente o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)-, atacou furiosamente o substitutivo ao projeto de lei eleitoral apresentado pelo relator Carlos Apolinário (PMDB-SP). O que tanto incomodou os governistas foi a inclusão de restrições ao uso da máquina pelo presidente da República, candidato à reeleição. O relator incorporou dispositivo da legislação americana em que o presidente candidato é obrigado a ressarcir o erário das despesas com transporte oficial no período correspondente à campanha. Esta polêmica não enfrenta o que é essencial para dar o mínimo de condições isonômicas aos candidatos, isto é, o financiamento público das campanhas. O que se esconde é a brutal máquina de financiamento privado, que faz com que o poder econômico mobilize recursos fantásticos para financiar uma campanha que defenda seus interesses.

Outro ponto criticado foi a redução do prazo de campanha no rádio e televisão de 60 para 45 dias. Os governistas acham que 45 dias é muito, e pregam a redução para 30 dias. É que a Fernando Henrique Cardoso não interessa uma campanha longa, onde a oposição terá mais tempo para desmascarar a política neoliberal em curso, onde possam ser debatidos temas como a privatização de estatais lucrativas e estratégicas, o desemprego e a exclusão social.

O deputado Carlos Apolinário fez um relatório onde, segundo ele, refletiu o sentimento médio da Casa. Ouviu as sugestões de todos os partidos e foi pessoalmente às lideranças discutir com as bancadas ou seus representantes. A principal conquista do substitutivo foi a garantia da coligação ampla, para as eleições majoritárias, proporcionais ou para ambas. Por esta fórmula, poderá haver grandes coligações majoritárias divididas em mais de uma coligação proporcional. Por ou-

tro lado, estabelece que um partido isoladamente terá direito a apresentar candidatos em cento e vinte por cento do número de cadeiras em disputa. Já em caso de coligação, poderão ser apresentados até cento e cinquenta por cento do número de vagas em disputa. Deste modo, a coligação terá um grande incentivo, pois permitirá a um grande partido a ampliação do número de candidaturas.

O tempo de propaganda no rádio e televisão foi ampliado, em relação a 94. Na eleição presidencial passa de 30 para 50 minutos; para governador passa de 20 para 40 minutos; para senador passa de 10 para 20 minutos; para deputados federal e estadual passa de 50 para 90 minutos. A novidade fica por conta de uma sugestão dos publicitários Geraldo Walter de Souza, diretor da DM-9 Institucional, e Duda Mendonça, diretor da DMMP. A propaganda de deputado federal irá ao ar nas terças, quintas e sábados, juntamente com a propaganda de presidente da República, en-

quanto governador, senador e deputado estadual irão ao ar às segundas, quartas e sextas. Com isso, segundo os publicitários, aumentaria a audiência dos candidatos a deputado federal.

O relatório ainda tem várias limitações. Os deputados Aldo Rebelo (PCdoB-SP), membro da Comissão, e Haroldo Lima (PCdoB-BA), apresentaram várias sugestões procurando aperfeiçoar o substitutivo, acatadas pelo relator.

A discussão do substitutivo será encerrada no dia 5 de agosto, na Comissão, e votada no dia 6. O projeto da Comissão deverá ser votado na Câmara dos Deputados no dia 16 de agosto. Aí é que será travada a batalha principal, onde o governo concentrará forças para garantir os interesses da candidatura de FHC. O projeto aprovado na Câmara ainda terá que ser apreciado pelo Senado até o final de setembro e a lei, para ter validade em 1998, terá que ser sancionada até 3 de outubro.

*Presidente do PCdoB/DF

*Presidenta do PCdoB/RJ

Polêmicas na Reunião da SBPC

Com o tema central *Ciência Hoje, Brasil Amanhã*, realizou-se de 13 a 18 de julho, no campus da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, a 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Participaram cerca de dez mil interessados na temática do desenvolvimento científico e tecnológico. A parcela jovem era de cerca de 80% dos participantes. As principais universidades brasileiras e os institutos de pesquisa se fizeram presentes, a exemplo do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), Museu Emílio Goeldi, dentre outros.

A heterogeneidade foi a característica do encontro, que expôs desde visões políticas diferenciadas sobre o atual momento até as sonoras vaias para o representante da UDR, manifestando as simpatias da ampla maioria dos participantes para o MST e a reforma agrária.

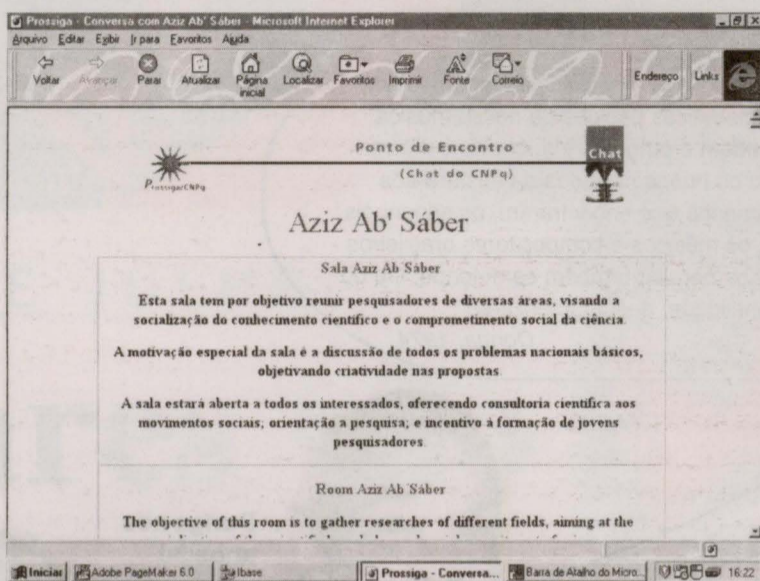
Polêmica central

Um setor da diretoria da SBPC vem sustentando a idéia de que a entidade não deve mais se envolver em questões políticas. Esse posicionamento vem provocando muita discordância entre os cientistas e bases da SBPC. Levanta uma falsa contradição entre ciência e política. Em nosso país, as universidades e os principais institutos de pesquisa são públicos, o que evidencia a ligação entre Ciência, Tecnologia e o Estado. Na medida em que esse mesmo Estado sofre uma profunda reestruturação de caráter neoliberal, as universidades e institutos são diretamente afetados por essa política anti-nacional.

Inovações científicas

Dessa forma, separar ciência e tecnologia das questões políticas a elas vinculadas é não reconhecer o desmonte que sofrem as conquistas que o trabalho científico nacional obteve durante décadas. A política de FHC para o setor é devastadora: baixos salários e, conseqüentemente, evasão de cientistas e estudiosos para o exterior; falta de reposição e manutenção de laboratórios importantes; ataque à Universidade pública e aos institutos de pesquisa, corte de bolsas...

A ciência nacional mostrou que ainda avança. Pesquisadores, heroicamemente, demonstram que a inventividade nacional



Sala virtual Aziz Ab'Saber, na Internet

resiste. Na *Expociência* foram apresentadas várias novidades da tecnologia nacional, com destaque para o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), maior aparelho científico já construído no país, insumo para indústrias de altíssimo valor agregado. O acordo Brasil-China para construção e lançamento de satélites também merece destaque por sua importância estratégica.

Durante a reunião foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. A Frente surgiu na conseqüência da luta contra a Lei de Patentes, a partir de uma articulação entre entidades científicas, sindicais e parlamentares de diversos partidos. Seus objetivos estão relacionados à luta maior contra o desmonte da ciência e tecnologia em nosso país. Busca imprimir um sentido mais geral às diversas lutas relacionadas à ciência e tecnologia, como a privatização da Vale, a questão SI-VAM, a Lei dos Cultivares, a defesa da biodiversidade, a reforma neoliberal do ensino superior, o fim das escolas técnicas e outras.

Em sintonia com os objetivos da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência e Tecnologia, as entidades da área de educação (UNE, UBES, ANDES e FASUBRA-Sindical) lançaram nota criticando a política do governo federal para a Educação e o desenvolvimento científico e tecnológico. A "Carta de Belo Horizonte" alerta para o desmonte deliberado dos sistemas de educação e ciência e tecnologia, e conchama a comunidade científica à luta pela soberania, pela democracia e por um conhecimento adequado às necessidades do povo e da nação brasileira.

Sala virtual Aziz Ab'Saber

A participação dos estudantes da UBES imprimiu uma nova

marca, mais jovem, ao evento. A entidade divulgou sua luta em defesa das escolas técnicas e promoveu debate com o deputado estadual Edvaldo Magalhães (PC do B/AC). Ele é autor da Lei de Acesso aos Recursos Genéticos, que impede a pirataria de nossas riquezas amazônicas, na medida em que obriga instituições estrangeiras à parceria com instituições nacionais para pesquisas na área de biotecnologia. A lei do deputado do PC do B foi alvo de polêmica entre o presidente de honra da SBPC, Aziz Ab'Saber, defensor da proposta, e o atual presidente da entidade, Sérgio Ferreira, que questionou sua utilidade e eficácia.

A novidade da reunião ficou por conta da inauguração da sala virtual Aziz Ab'Saber (<http://www.cnpq.br/prossiga/chat>), que contou com a presença de importantes personalidades, como José Galizia Tundisi (presidente do CNPq), Sérgio Ferreira (presidente da SBPC), Jacob Palis (vice-presidente da SBPC e diretor do IMPA), e Clodovaldo Pavan (presidente de honra da SBPC) dentre outros. Sob a coordenação da Prof. Doutora Cecília Almeida Salles (PUC-SP), a sala objetiva reunir trabalhos de pesquisadores e estudantes das mais diversas disciplinas, promovendo debates e encontros científicos via Internet. A sala tem caráter público.

A participação dos comunistas na reunião teve desenvolvimento em relação aos eventos anteriores, reunindo cientistas comunistas de todas as idades: doutores, pós-graduandos, professores, estudantes de graduação, estudantes secundaristas. A doutora Maria Mercedes Valadares Guerra, coordenadora Geral da Reunião, foi aplaudida de pé por duas oportunidades durante o encontro. Os comunistas mineiros organizaram uma barraca no setor de alimentação e lazer.

Núcleo de pós-graduandos do PCdoB



GIRA MUNDO



Descalabro

Denúncia do deputado Agnelo Queiroz (PCdoB/DF): em 1996, o governo cortou os gastos com saúde e saneamento em 51,86%; com assistência e previdência social, em 42,48%; com educação e cultura, em 12,55 no total, os cortes atingiram R\$ 55 bilhões, em relação a 1995. Os dados são do Tribunal de Contas da União.

Flores do capitalismo - I

A Rússia está morrendo, alertou o Congresso dos Médicos Russos, em junho de 1997. A taxa de mortalidade é 1,6 vezes maior que a taxa de natalidade, fazendo o país perder 1 milhão de habitantes por ano. Um terço desses óbitos é de pessoas em idade produtiva. A expectativa de vida dos russos caiu, na última década, de 63 para 58 anos. Na Europa Ocidental, a expectativa de vida é de 73 anos.



Flores do capitalismo - II

Nos antigos países socialistas do leste europeu, o número de pobres (pessoas viven-

do com menos de 4 dólares por dia) pulou de 14 milhões em 1988 para 119 milhões hoje, equivalendo a um terço da população. "Esperava-se que a transição para uma economia de mercado provocasse alterações, mas não um desastre dessa por-

Moleza

Entregar empresas públicas ao grande capital não é a única forma do governo de Fernando Henrique Cardoso favorecer as grandes empresas à custa do Estado e do povo brasileiro. Em maio, o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, andou pela Europa tentando atrair multinacionais para o Brasil. Acenava com verdadeira moleza: o BNDES pode financiar de 60% a 70% do que investirem no país, ou mesmo tornar-se sócio dos empreendimentos. Ele visitou empresas como a Peugeot, a Mercedes Benz, a Alcatel e a Erickson. E dizem que o país precisa de capital estrangeiro...

Dizem...

"O rap para o brasileiro não tem novidade nenhuma. É a embolada com um pouco menos de melodia"

José Ramos Tinhorão, historiador e especialista em música brasileira e cultura popular

"Os cinco dedos de Fernando Henrique são ACM, Luís Eduardo, Bornhausen, Marco Maciel e Inocêncio. Quem governa é o PFL"

Pedro Simon, senador pelo PMDB/RS

"Jacaré é quase humano. É até melhor que os homens, pois é mais dócil"

Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e presidente da República

Sangria crescente

Em 1993, a remessa de lucros e dividendos de empresas estrangeiras instaladas no Brasil era de pouco mais de 2

bilhões de dólares; no ano passado, foi de 3,8 bilhões e este ano, pode chegar a 5 bilhões.

ano	investimento direto sem reinvestimentos	déficit em transações correntes	remessa de lucros e dividendos (termos brutos)
	US\$ milhões	US\$ milhões	US\$ milhões
1993	623,80	592,00	2 051,00
1994	1 888,70	1 689,00	2 883,00
1995	3 928,80	17 792,00	3 501,00
1996	9 441,90	24 347,00	3 841,00
1997	12 000,00 a	32 000,00 a	4 500,00 a
	13 000,00*	35 000,00**	5 000,00*

(*) Estimativa Sobeeet

(**) Estimativa das instituições Banco do Brasil, Banco da Bahia, Garantia, JP Morgan, MCM Consultores, Rosenberg, Salomon Brothers e Trend Consultoria

Fonte: Deprec, Banco Central, Sobeeet. (Jornal do Brasil, 29/6/1997)

Do telefone à Internet, 80 anos de samba gravado

Carlos Pompe

Em 1917 foi gravado Pelo telefone, o primeiro samba a ser impresso, pelo selo Odeon. Antes, outras melodias foram gravadas e impressas como samba, mas não eram, na realidade, samba. Os autores de Pelo telefone eram Ernesto Joaquim Maria dos Santos (Donga) e Mauro de Almeida (Peru dos Pés Frios). Segundo José Ramos Tinhorão, "o primeiro verso (música e letra) deste samba não foi feito pelos autores que o assinam. Sua origem estaria ligada a um complicado caso policial (o fechamento de casas de jogo no Rio de Janeiro, no começo da década de 10), no qual se envolveu o jornal A Noite e outras pessoas de influência. Dos fatos que teriam ocorrido, nasceram música e letra primitivas (posteriormente reivindicadas por diversas pessoas), que Donga e Mauro de Almeida modificaram por conveniências políticas." A música foi o maior sucesso de 1917.

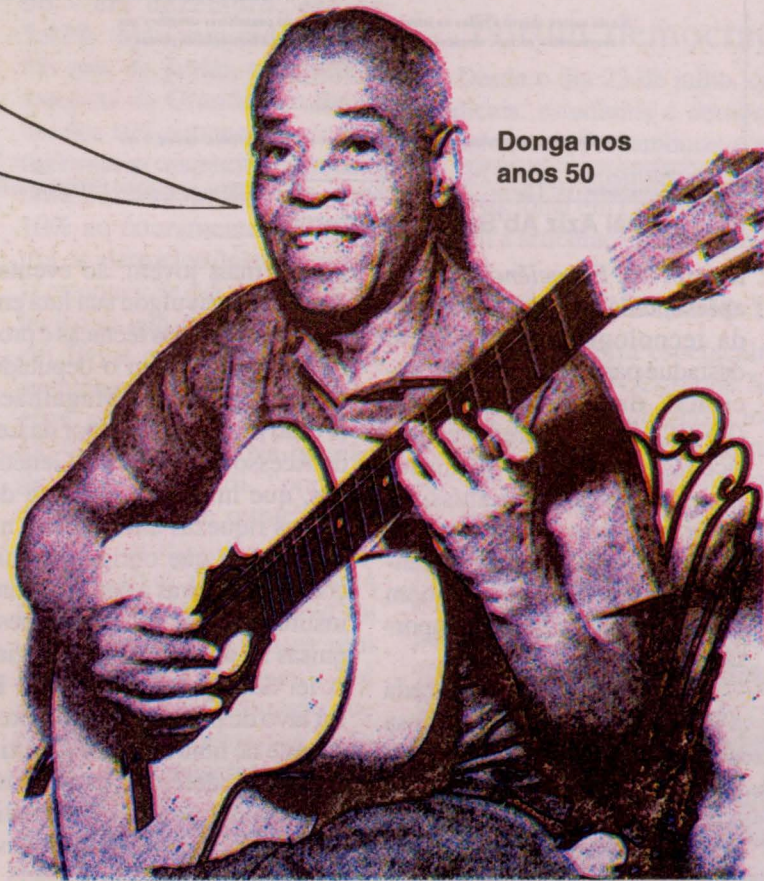
Donga, após a gravação, registrou música e letra na Biblioteca Nacional, o que equivalia a tirar patente. Para Tinhorão, o fato "significava que, coincidindo com o aparecimento do samba, a música popular, como criação destinada ao entretenimento da massa, tinha atingido

"Nós, brasileiros - especialmente os jovens de hoje - não estamos nos preocupando em preservar as características básicas de nossa música popular. Enquanto os argentinos defendem o tango de influências estrangeiras, os norte-americanos defendem os ritmos nascidos da mistura dos sentimentos dos negros para com a América que encontraram, os espanhóis e portugueses defendem seus ritmos, os músicos e compositores brasileiros não se preocupam com isso. Pois música popular também se defende. Ou do contrário perde a sua personalidade, descaracteriza-se".

Donga, 1974

o estágio de produto comercial capaz de ser vendido e de gerar lucros. O crescimento da indústria do disco, e logo o aparecimento do rádio, seguidos mais tarde do cinema e da televisão, provaram que Donga tinha sido um pioneiro esperto ao correr à repartição oficial para "tirar patente".

Nascido no Rio de Janeiro - "no lugar onde houve as maiores batalhas de confete, perto das ruas Dona Zulmira, Dona Maria e Santa Luzia", no dizer de Donga - no dia 5 de abril de 1889, Ernesto dos Santos era filho de Amélia Silva de Araújo, a Tia Amélia do grupo das baianas da Cidade Nova, que juntamente com Tia Ciata, Tia Presliciana de Santo Amaro (mãe de outro compositor pioneiro da MPB, João da Baiana), Tia Mônica, Tia Gracinda e Tia



Donga nos anos 50

Verdiana, fundou vários ranchos carnavalescos, inclusive o Dois de Ouros, e promovia grandes sessões de candomblém e samba (dança). Ainda pequeno, Donga sabia manejar violão, cavaquinho e banjo e dançava um partído-alto.

Três anos após gravar Pelo telefone, integrou, com Pixinguinha, o conjunto Oito batutas. O grupo percorreu o Nordeste, cantando, tocando e pesquisando a música popular, e em 1929 apresentou-se em Paris, na primeira excursão de um grupo de músicos populares brasileiros à Europa. No final dos anos 20, surgiu a Orquestra Típica Pixinguinha-Donga, que gravou vários discos. Em 1932, também com Pixinguinha, formou as bandas Grupo da Guarda Velha e Diabos do Céus. Em 1940 foi apresentado, por Villa-Lobos, ao maestro e compositor erudito Stokowsky, que gravou algumas de suas músicas e as incluiu em dois álbuns lançados nos Estados Unidos. Em sua bagagem musical, Donga tinha sambas, fados, valsas, choros, maxixes, jongos etc. Dentre seus orgulhos, Donga gostava de citar também sua participação no lançamento do cantor Mário Reis, um intérprete inovador, que influenciou inclusive a forma de João Gilberto cantar. Donga acompanhou ao violão as primeiras gravações de Mário Reis.

Ironias da vida: embora tivesse gravado o primeiro samba, somente em 1974 Donga conseguiu gravar um LP, pelo selo Marcus Pereira - um selo alternativo, à época. E o disco só foi lançado após a sua morte, em 25 de agosto de 1974...

Pelo telefone...

(Donga e Peru dos Pés Frios)

Existem pelo menos duas versões da letra de Pelo telefone. Publicamos a junção das duas.

O chefe da folia pelo telefone manda me avisar que com alegria não se questione para se brincar O chefe da polícia pelo telefone manda me avisar que na Carioca tem uma roleta para se jogar Ai, ai, ai, deixa as mágoas para trás, oh rapaz Ai, ai, ai, ficas triste se és capaz e verás Tomara que tu apanhes pra não tornar a fazer isso tirar amores dos outros depois fazer teu feitiço Olha a rolinha -sinhô, sinhô



Selo da primeira gravação

se embaraçou -sinhô, sinhô é que a vizinha -sinhô, sinhô nunca sambou -sinhô, sinhô porque este samba -sinhô, sinhô de arrepiar -sinhô, sinhô põe perna bamba -sinhô, sinhô mas faz rodar -sinhô, sinhô Olha a rolinha -sinhô, sinhô se embaraçou -sinhô, sinhô caiu nos laços -sinhô, sinhô do nosso amor -sinhô, sinhô porque este samba -sinhô, sinhô de arrepiar -sinhô, sinhô mas faz gozar -sinhô, sinhô O peru me disse se morcego visse não fazer tolice eu então saísse

Oitenta anos depois, a ficha caiu. Gilberto Gil, que já havia homenageado Donga, Pixinguinha e João da Baiana numa gravação ao vivo de O sonho acabou, atendeu a chamada de Pelo telefone, de Donga, e respondeu com Pela Internet.



Pixinguinha com Donga: pioneiros da MPB

dessa esquisitice de disse, não disse Ai, ai, ai, a estátua do ideal triunfal Ai, ai, ai, viva o nosso carnaval sem rival Ninguém tira amor do poço por Deus foste castigado o mundo estava vazio e o inferno habitado Queres ou não -sinhô, sinhô ir pro cordão -sinhô, sinhô é ser folião -sinhô, sinhô de coração -sinhô, sinhô por que este samba -sinhô,

sinhô de arrepiar -sinhô, sinhô põe perna bamba -sinhô, sinhô mas faz gozar -sinhô, sinhô Quem for bom de gosto mostre-se disposto não procure encosto tenha o riso posto faça alegre o rosto nada ficou. Ai, ai, ai, você lava com calor meu amor Ai, ai, ai, pois quem dança não tem dor nem calor

...Pela internet

(Gilberto Gil)

Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje

Que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomará
Que leve um oriki do meu velho orixá
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé

Um barco que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomará
Que leve meu e-mail até Calcutá

Depois de um hot-link
Num site de Helsingue
Para abastecer

Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de fides de Connecticut
Fundação Maurício Grabois



De Connecticut acessar
O chefe da Macmilícia de Milão
Um hacker mafioso acaba de soltar
Um vírus pra atacar programas no Japão

Eu quero entrar na rede pra contactar
Os lares do Nepal, os bares do Gabão
Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular
Que lá na praça Onze tem um videopôquer para se jogar